

**RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVO AO ANO ECONÓMICO DE 2025**

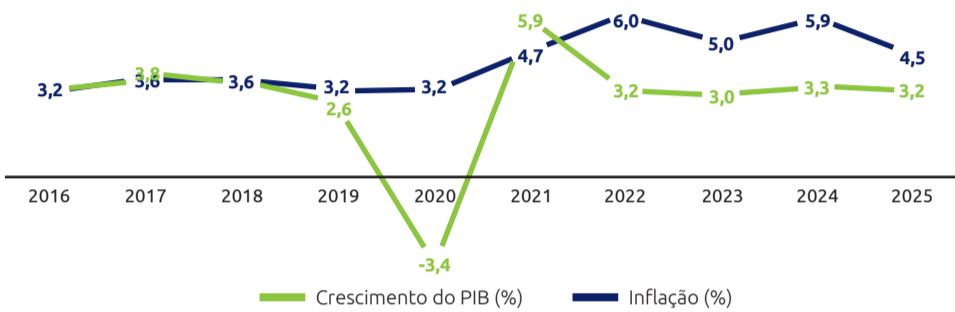
**Economia Mundial**

Em 2025, a economia mundial apresentou um crescimento moderado, com a actividade económica global a registar uma expansão em torno dos 3,2%, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), em linha com o crescimento de 3.3% observado em 2024. Este desempenho reflecte a resiliência de algumas economias avançadas e emergentes, apesar de um enquadramento ainda condicionado por factores estruturais e conjunturais adversos. O crescimento global manteve-se abaixo da média histórica observada no período pré-pandemia, influenciado, em particular, pela manutenção de políticas monetárias restrictivas, pelo ajustamento das políticas fiscais em contexto de elevados níveis de endividamento público e por um crescimento limitado da produtividade. As taxas de juro permaneceram em níveis relativamente elevados ao longo do ano, condicionando o investimento e o financiamento da economia.

A inflação prosseguiu uma trajectória de desaceleração em 2025, beneficiando da normalização das cadeias de abastecimento e do impacto acumulado das medidas de política monetária. Contudo, subsistiram pressões inflacionistas em algumas economias, o que exigiu uma abordagem prudente por parte das autoridades monetárias no processo de normalização das condições financeiras.

Neste contexto, o FMI considera que a probabilidade de ocorrência de uma recessão global severa é agora reduzida, embora persistam riscos associados à evolução da inflação, às tensões geopolíticas e à orientação das políticas económicas. O reforço das reformas estruturais e a estabilidade do sistema financeiro permanecem factores determinantes para a sustentabilidade do crescimento económico no médio e longo prazo.

**ECONOMIA GLOBAL**



Fonte: FMI

**África Subsaariana**

Segundo o FMI, em 2025, a economia da África Subsaariana manteve uma trajectória de crescimento moderado, com o crescimento do produto interno bruto regional projectado em cerca de 4,4%, reflectindo uma ligeira aceleração face a 2024. Este desempenho tem sido alimentado pelo abrandamento das pressões inflacionistas, pela estabilização das moedas e por uma modesta recuperação dos investimentos e do consumo privado.

A inflação continuou a abrandar ao longo do período recente, com a taxa média regional a situar-se consideravelmente abaixo dos níveis mais altos observados no início da década, favorecendo a estabilidade de preços em várias economias.

A recuperação económica na região não foi homogénea, com economias mais diversificadas a registarem um crescimento mais robusto, enquanto países dependentes da exportação de matérias-primas enfrentaram desafios adicionais, como o acesso limitado a financiamento externo e a volatilidade dos preços das commodities.

O crescimento económico foi impulsionado pela desaceleração da inflação e pelo desempenho superior das commodities, como o ouro, outros metais preciosos e o café, que impulsionaram as receitas fiscais em várias economias. No entanto, a performance económica variou entre os países da África Subsaariana, com um abrandamento nas economias exportadoras de commodities industriais, enquanto outras economias registaram um fortalecimento.

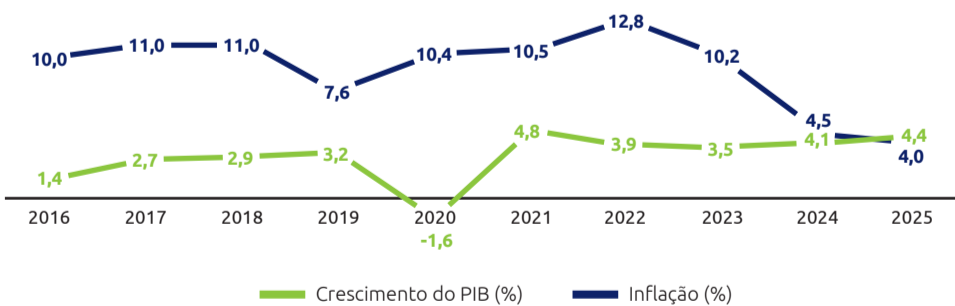
As três maiores economias da região apresentaram desempenhos divergentes. Na África do Sul, o crescimento acelerou para 1,3%, sustentado pela maior estabilidade no fornecimento de electricidade, uma colheita agrícola abundante e a recuperação da confiança empresarial. Na Nigéria, o crescimento subiu para 4,2%, devido à expansão dos serviços, especialmente nos sectores financeiro e de tecnologias de informação e comunicação, além de uma recuperação modesta na agricultura. Em contrapartida, o crescimento da Etiópia abrandou para 7,2%, embora ainda se mantenha forte, mas abaixo dos 8,1% registados em 2024.

A dívida pública e o serviço da dívida continuam a manter-se em níveis elevados para muitos Estados, constituindo uma preocupação central para a sustentabilidade das finanças públicas e limitando a capacidade dos governos de aumentarem o investimento em infraestruturas e serviços essenciais. Esta situação foi agravada pela redução dos apoios financeiros dos principais países doadores, que, tradicionalmente, têm sustentado várias economias da região. A diminuição no valor destes apoios resultou numa restrição dos recursos disponíveis para investimento em sectores críticos, como saúde, educação e infraestruturas, comprometendo, assim, o crescimento económico e a redução da pobreza.

Adicionalmente, factores estruturais crónicos – tais como fragilidade política, conflitos internos, e eventos climáticos adversos – continuam a exercer um impacto negativo sobre a actividade económica e a segurança alimentar em diversas economias da região.

Neste contexto, apesar da resiliência observada, a combinação de crescimento económico moderado, elevada dívida pública e desafios estruturais persistentes reforçam a necessidade de reformas profundas e investimentos sustentáveis, com vista à promoção de um crescimento mais robusto, inclusivo e capaz de responder às necessidades de desenvolvimento social e económico a médio e longo prazo.

**ECONOMIA SUBSAHARIANA**



Fonte: FMI

**Moçambique**

Em 2025, o enquadramento macroeconómico de Moçambique continuou a caracterizar-se por um crescimento abaixo das estimativas, com as previsões actualizadas do Governo a apontar para um contração do Produto Interno Bruto (PIB) próximo de 0,52%, reflectindo os impactos negativos na actividade económica na sequência da instabilidade pós-eleitoral, embora se tenha registado um ligeiro crescimento económico no último trimestre do ano. Apesar da retoma do crescimento no final do ano, este manteve-se insuficiente para reduzir as vulnerabilidades estruturais da economia, constituindo um factor de risco para a sustentabilidade das finanças públicas e para a qualidade do crédito.

A estrutura produtiva permaneceu fortemente concentrada no sector extractivo, o que expôs a economia a choques externos, nomeadamente à volatilidade dos preços internacionais das matérias-primas e a riscos operacionais associados a projectos de grande dimensão. O sector agrícola continuou vulnerável a choques climáticos, com impactos directos sobre o rendimento das famílias, a inflação alimentar e a estabilidade social, enquanto o sector dos serviços evidenciou uma recuperação gradual, ainda condicionada pelo nível de rendimento disponível.

A inflação registou um aumento moderado em 2025, situando-se em 3,2%, influenciada pela evolução dos preços dos alimentos e pela desvalorização gradual do metical face a algumas moedas, como o EUR e o ZAR. Embora a inflação se tenha mantido em níveis compatíveis com a estabilidade macroeconómica, subsistiram riscos ascendentes associados a factores climáticos, tensões internas e estrangulamentos cambiais. Neste contexto, a política monetária continuou a ser caracterizada por uma continuação do movimento de descida de taxas de juro, embora a um ritmo mais moderado, atendendo aos riscos subjacentes.

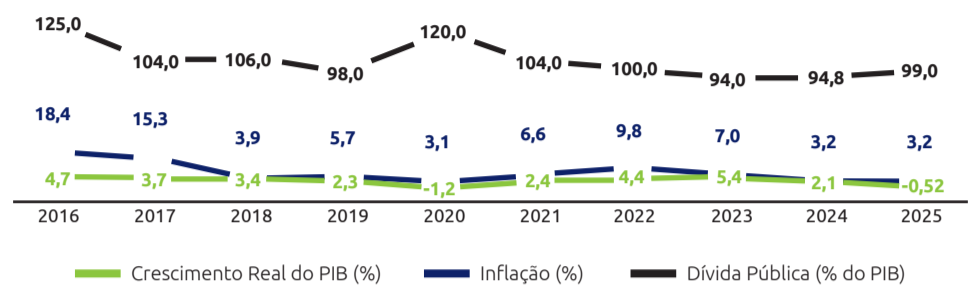
No plano das finanças públicas, a dívida pública permaneceu elevada, com destaque para o crescimento da dívida

interna, decorrente da emissão de instrumentos de financiamento do Tesouro. Este nível de endividamento continuou a limitar o espaço fiscal disponível, aumentando a exposição do Estado a riscos de refinanciamento e a pressões sobre a liquidez do mercado doméstico. A dívida externa, embora com crescimento mais contido, manteve a economia exposta a riscos cambiais e à evolução das condições financeiras internacionais.

Adicionalmente, factores institucionais e políticos, bem como choques climáticos recorrentes, continuaram a representar riscos relevantes para a estabilidade macroeconómica e para o perfil de risco soberano do país, com potenciais impactos sobre o ambiente de negócios, o investimento privado e a confiança dos agentes económicos.

Em síntese, o enquadramento macroeconómico e soberano de Moçambique em 2025 caracterizou-se por uma contração económica, elevada dependência sectorial, níveis de endividamento significativos e vulnerabilidade a choques exógenos, reforçando a necessidade de uma gestão prudente das políticas económicas e de reformas estruturais orientadas para a diversificação da economia e o reforço da resiliência macrofinanceira.

**ECONOMIA MOÇAMBICANA**



Fonte: FMI, INE e Governo de Moçambique

**Commodities'**

Em 2025, a economia moçambicana manteve-se fortemente influenciada pelas flutuações nos preços e volumes de importação e exportação de commodities, com impactos significativos em sectores estratégicos e na balança comercial.

**Gás Natural:** As exportações de gás natural registaram crescimento moderado, impulsionadas pelo aumento do volume exportado da Área 4 da Bacia do Rovuma. Contudo, os preços internacionais mantiveram-se voláteis, com tendência de queda de cerca de 15% em 2025, pressionando receitas e margens de exploração.

**Carvão:** O sector carbonífero continuou a enfrentar dificuldades devido à diminuição da procura global e à volatilidade dos preços. As receitas de exportação registaram uma queda aproximada de 10% em 2025, mantendo-se a Índia como o principal destino comercial. Estes factores mantêm o sector exposto a riscos de receita e de financiamento de projectos.

**Petróleo:** O preço médio do petróleo Brent teve uma tendência decrescente em 2025, com a cotação de fecho situando-se em torno de 60 dólares por barril, cerca de 14 dólares abaixo da cotação de fecho de 2024, devido à desaceleração da procura global e à diversificação da oferta. Esta estabilidade relativa contribuiu positivamente para atenuar o défice comercial, contudo o país mantém-se vulnerável a choques externos.

**Alumínio e Ferro:** O sector do alumínio enfrentou estrangulamentos na produção e no fornecimento de energia, enquanto os preços do minério de ferro continuaram a reflectir a desaceleração da procura chinesa. Estas condições afectaram negativamente as receitas de exportação, aumentando a exposição a riscos de liquidez e de balanço para operadores económicos ligados a estes sectores.

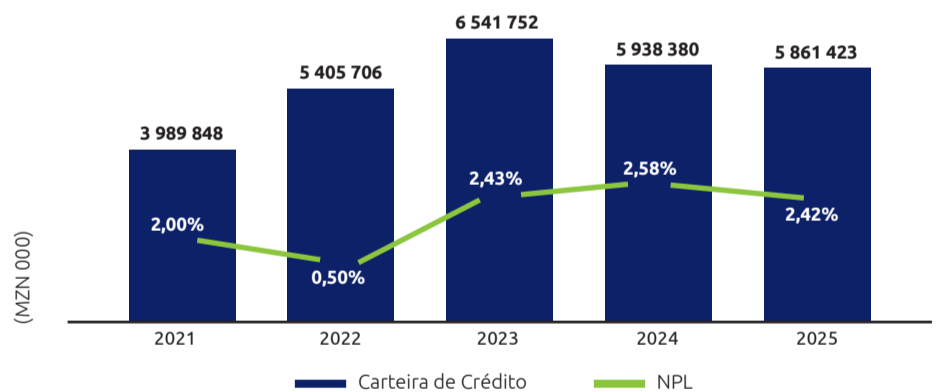
**Produtos Agrícolas:** As exportações agrícolas registaram uma ligeira recuperação, com destaque para tabaco, hortícolas e bananas, contribuindo para a diversificação parcial das receitas. O sector continua, porém, vulnerável a choques climáticos e a flutuações nos mercados internacionais.

**Cacau e Café:** Embora Moçambique não seja um exportador significativo, os preços globais destes produtos aumentaram em 2025 devido a défices de oferta e fenómenos climáticos na África Ocidental e no Brasil, evidenciando a influência de factores externos sobre a agricultura regional.

De acordo com o Banco Mundial, projecções recentes apontam para uma redução moderada dos preços das commodities em 2025 (cerca de 5%), seguida de uma queda mais ligeira em 2026 (2%). Para Moçambique, esta perspectiva reforça a necessidade de estratégias de diversificação económica e mitigação de riscos, nomeadamente no planeamento fiscal, na gestão de receitas de exportação e na estabilidade macroeconómica.

**Desempenho do First Capital Bank**

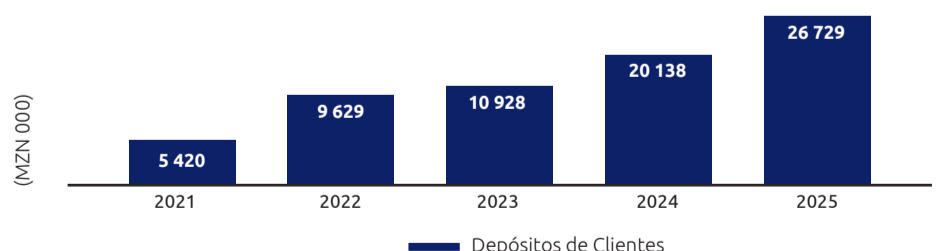
**Análise do Balanço**  
**Crédito a clientes e NPL**



A carteira de crédito do Banco manteve-se estável em 2025, registando uma dimensão semelhante à do exercício anterior. Este desempenho reflecte o contexto macroeconómico e social vivido no País, marcado por um aumento da incerteza subsequente às manifestações pós-eleitorais, bem como o excesso de liquidez em moeda nacional e os desafios no mercado cambial.

Não obstante o enquadramento particularmente desafiante observado ao longo dos últimos dois anos, a adopção de uma política de crédito prudente, aliada a um sistema de controlo interno robusto, tem permitido ao Banco manter o rácio de crédito vencido em níveis significativamente inferiores à média do sector financeiro moçambicano.

**Depósitos de clientes**



A carteira de depósitos de clientes continua a apresentar um crescimento relevante, reflectindo o aumento da confiança dos clientes no Banco, bem como o alargamento e melhoria dos produtos oferecidos e serviços prestados. Em 2025, a tendência de crescimento dos depósitos manteve-se, aumentando 32,7%, de MZN 20.138 milhões para MZN 26.729 milhões.

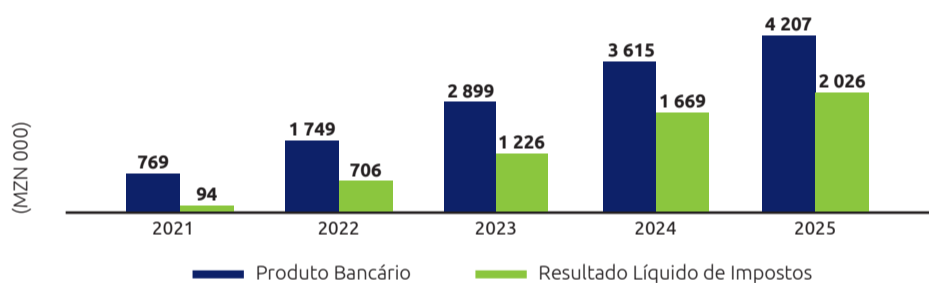
O crescimento dos recursos de clientes, aliado ao aumento dos capitais próprios e à redução da carteira de crédito, resultou num aumento significativo dos níveis de liquidez do Banco, que foram aplicados maioritariamente em instrumentos de natureza monetária junto do Banco Central.

<sup>1</sup>Fonte: Banco Mundial, Diário Económico Moçambique, Reuters

**Principais indicadores de gestão**

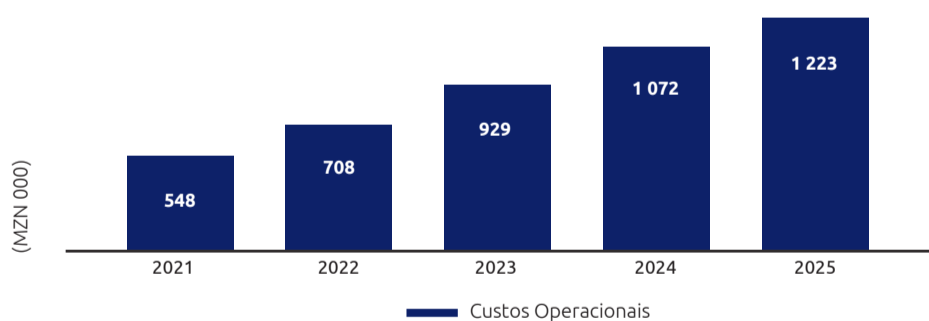
	2023	2024	2025	Var. % 25/24
<b>Balanco (MZN 000 000)</b>				
Activo total	18 108	29 569	36 435	23,2%
Depósitos de clientes	10 928	20 138	26 729	32,7%
Carteira de crédito	6 542	5 938	5 861	-1,3%
Capital próprio	3 227	4 161	5 520	32,7%
<b>Rácio de eficiência</b>				
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	43,26%	45,70%	41,20%	-4,5 pp
Rendibilidade do activo médio (ROA)	7,48%	6,94%	6,13%	-0,8 pp
<b>Solvabilidade</b>				
Tier I	17,29%	18,10%	20,72%	2,6 pp
Total	18,88%	19,09%	21,06%	2 pp
<b>Qualidade do Crédito</b>				
NPL	2,43%	2,58%	2,42%	-0,16 pp
Cobertura do crédito vencido por imparidades	66,83%	160,46%	148,01%	-12,5 pp
<b>Rácio de liquidez</b>				
Rácio de Transformação	63,87%	29,46%	28,70%	-0,8 pp
Rácio de liquidez	46,48%	52,24%	72,12%	19,9 pp
<b>Outros indicadores</b>				
Clientes	14 650	15 654	13 727	-12,3%
Balcões	5	5	5	0,0%
ATM	7	5	5	0,0%
POS	336	332	420	26,5%
Colaboradores	172	180	198	10,0%

**Análise da demonstração de resultados**  
**Resultado líquido de impostos e produto bancário**



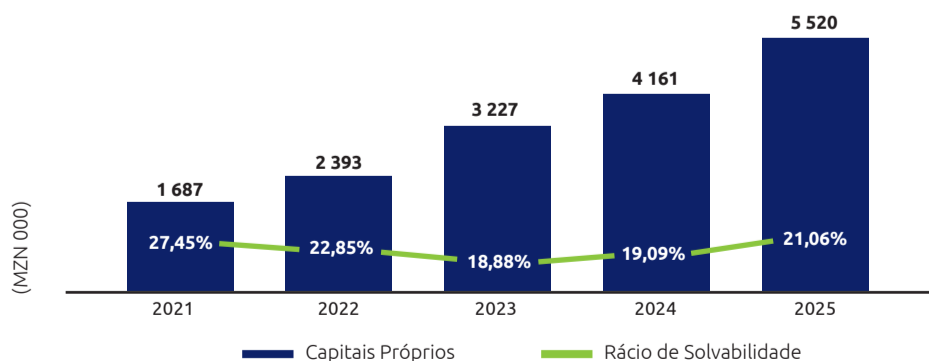
Em 2025, mesmo num contexto de mercado adverso e de redução de taxas de juro, o produto bancário manteve uma tendência de crescimento, tendo ascendido a MZN 4,207 milhões, reflectindo um crescimento de 16%. Paralelamente, o resultado líquido de impostos registou um crescimento de 21%, aumentando de MZN 1.669 milhões para MZN 2.026 milhões. Este crescimento dos resultados resultou sobretudo do crescimento da margem financeira, cujo contributo para o produto bancário em 2025 foi de 63%.

**Custos operacionais**



Os custos operacionais totalizaram MZN 1.223 milhões em 2025, o que representa um crescimento de 14% face aos MZN 1.072 milhões registados em 2024. Este aumento manteve-se em linha com o crescimento do Banco, e reflectiu, essencialmente, os investimentos em sistemas e infraestruturas de IT, aumento do quadro do pessoal, entre outras despesas e investimentos.

**Capitais próprios e solvabilidade**



Os capitais próprios do Banco aumentaram em 32,70% para MZN 5.520 milhões. O crescimento dos capitais próprios nos últimos anos tem permitido a expansão do negócio e um maior apoio à economia, por via de financiamentos a vários sectores de actividade, incluindo, para além do crédito bancário tradicional, através de garantias prestadas e cartas de crédito, mantendo o seu rácio de solvabilidade em 21,06%, consideravelmente acima do mínimo regulamentar exigido de 12%.

Em 2025, a rentabilidade dos capitais próprios médios ascendeu a 41,20%, face aos 45,70% de 2024, o que reflecte a manutenção de um elevado nível de eficiência da utilização dos capitais próprios do Banco.

**Proposta de aplicação de resultados**

No exercício de 2025, o Banco registou um resultado líquido positivo de MZN 2.026.464.094 Meticais. De acordo com as disposições estatutárias e nos termos da legislação moçambicana em vigor, nomeadamente a Lei nº 20/2020 de 31 de Dezembro, aplicável às instituições de crédito e sociedades financeiras, relativamente à constituição de Reservas, propõe-se que aos resultados do exercício apurados no balanço individual relativo ao exercício de 2025, seja dada a seguinte aplicação:

Proposta de aplicação de resultados	%	Valor em Meticais
Reserva legal	30%	607 939 228
Resultados transitados	10%	202 646 409
Dividendos a pagar	60%	1 215 878 457
<b>Resultado líquido 2025</b>		<b>2 026 464 094</b>

**Conselho de Administração**

**Hitesh Anadkat**  
Presidente

**Vijay Kantaria**  
Administrador Não Executivo

**Carlos Henriques**  
Administrador Não Executivo Independente

**Bantwal Prabhu**  
Administrador Não Executivo Independente

**José Caldeira**  
Administrador Não Executivo Independente

**António Sousa**  
Administrador Não Executivo Independente

**Paula Rocha**  
Administrador Não Executivo Independente

**Mamudo Ibrahim**  
Administrador Não Executivo Independente

**João Rodrigues**  
Administrador Delegado

**Aprovação do Conselho de Administração**

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras anuais do First Capital Bank, S.A. em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. Para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo que asseguram a salvaguarda dos activos do Banco e que as respectivas operações e transacções são executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados. Os administradores procederam a uma avaliação para determinar se o Banco tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para duvidar que o Banco continuará a operar segundo esse princípio no próximo ano. As demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2025, constantes das páginas 14 a 78, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do First Capital Bank, S.A., em 12 de Março de 2026 e vão assinadas em seu nome por:

**Conselho de Administração**

**Hitesh Anadkat**  
Presidente

**Vijay Kantaria**  
Administrador Não Executivo

**Carlos Henriques**  
Administrador Não Executivo Independente

**Bantwal Prabhu**  
Administrador Não Executivo Independente

**José Caldeira**  
Administrador Não Executivo Independente

**António Sousa**  
Administrador Não Executivo Independente

**Paula Rocha**  
Administrador Não Executivo Independente

**Mamudo Ibrahim**  
Administrador Não Executivo Independente

**João Rodrigues**  
Administrador Delegado

**First Capital BANK**

**Parceiros estratégicos para o crescimento do seu negócio**  
Strategic partners in your business growth journey

Botswana • Malawi • Moçambique • Zambia • Zimbabwe

**Primeiro, acreditar.**

## Demonstração do rendimento integral

	Notas	2025	2024
Juros e rendimentos similares	8	3 327 312 411	2 980 461 626
Juros e gastos similares	8	(668 860 360)	(870 168 677)
<b>Margem Financeira</b>		<b>2 658 452 051</b>	<b>2 110 292 949</b>
Rendimentos líquidos de serviços e comissões	9	415 279 109	408 147 120
Rendimentos em operações cambiais	10	1 017 892 971	1 095 714 709
Rendimentos líquidos em activos financeiros ao custo amortizado	11	13 500 635	(2 968 041)
Outros resultados de exploração	12	102 251 303	3 745 636
<b>Produto bancário</b>		<b>4 207 376 070</b>	<b>3 614 932 373</b>
Gastos com pessoal	13	(637 253 985)	(543 603 684)
Outros gastos operacionais	14	(466 702 075)	(425 041 358)
Depreciações e amortizações	15	(119 543 235)	(103 718 784)
<b>Total de custos operacionais</b>		<b>(1 223 499 295)</b>	<b>(1 072 363 825)</b>
<b>Resultado operacional antes de imparidade e provisões</b>		<b>2 983 876 775</b>	<b>2 542 568 548</b>
Imparidade de crédito	16	(20 307 671)	(196 908 084)
Imparidades de outros instrumentos financeiros	16	39 492 149	(60 500 429)
Provisões	17	(376 089 698)	(11 135 650)
<b>Resultado antes do imposto</b>		<b>2 626 971 555</b>	<b>2 274 024 385</b>
Imposto corrente	18	(711 290 342)	(604 651 139)
Imposto diferido	18	110 782 881	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>2 026 464 094</b>	<b>1 669 373 246</b>
Outro rendimento integral		-	-
<b>Total do rendimento integral</b>		<b>2 026 464 094</b>	<b>1 669 373 246</b>

O Director Executivo Financeiro

Pelo Conselho de Administração

## Demonstração da posição financeira

	Notas	2025	2024
<b>ACTIVO</b>			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	19	7 999 767 001	7 334 886 432
Disponibilidades em instituições de crédito	20	206 074 835	477 566 850
Aplicações em instituições de crédito	21	20 085 666 015	6 229 739 506
Activos financeiros ao custo amortizado	22	536 626 839	8 809 629 472
Empréstimos e adiantamentos a clientes	24	5 861 423 469	5 938 380 268
Activos por impostos correntes	29	308 041 752	35 728 645
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	23	6 327 548	6 327 548
Outros activos	25	593 919 731	396 690 196
Activos intangíveis	28	89 495 242	62 449 617
Activos sob direito de uso	27	69 766 048	80 934 465
Activos tangíveis	26	567 074 230	196 508 839
Activos por impostos diferidos	30	110 782 881	-
<b>Total do Activo</b>		<b>36 434 965 591</b>	<b>29 568 841 838</b>
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>			
<b>PASSIVO</b>			
Recursos de instituições de crédito	31	1 410 617 533	1 018 680 889
Depósitos de clientes	32	26 728 944 699	20 138 129 687
Outros passivos	36	2 009 247 785	765 711 015
Passivos por impostos correntes	29	346 450 254	98 828 779
Passivos de locação	27	75 404 079	85 133 864
Provisões	35	124 541 103	62 888 623
Empréstimos subordinados	34	220 077 281	220 077 281
Responsabilidades representadas por títulos	33	-	3 018 423 639
<b>Total do Passivo</b>		<b>30 915 282 734</b>	<b>25 407 873 777</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital social	37	1 700 000 000	1 700 000 000
Reserva legal	38	1 169 840 692	669 028 719
Resultados transitados		623 378 071	122 566 096
Resultado líquido do exercício		2 026 464 094	1 669 373 246
<b>Capital próprio atribuível aos accionistas do Banco</b>		<b>5 519 682 857</b>	<b>4 160 968 061</b>
Interesses que não controlam		-	-
<b>Total do capital próprio</b>		<b>5 519 682 857</b>	<b>4 160 968 061</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		<b>36 434 965 591</b>	<b>29 568 841 838</b>

O Director Executivo Financeiro

Pelo Conselho de Administração

## Demonstração das alterações no capital próprio

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2024</b>	<b>1 700 000 000</b>	<b>301 330 427</b>	<b>-</b>	<b>1 225 660 982</b>	<b>3 226 991 409</b>
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	-	1 225 660 982	(1 225 660 982)	-
Dotação de reservas legais	-	367 698 292	(367 698 292)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(735 396 594)	-	(735 396 594)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	1 669 373 246	1 669 373 246
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2024</b>	<b>1 700 000 000</b>	<b>669 028 719</b>	<b>122 566 096</b>	<b>1 669 373 246</b>	<b>4 160 968 061</b>
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	-	1 669 373 246	(1 669 373 246)	-
Dotação de reservas legais	-	500 811 973	(500 811 973)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(667 749 298)	-	(667 749 298)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	2 026 464 094	2 026 464 094
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2025</b>	<b>1 700 000 000</b>	<b>1 169 840 692</b>	<b>623 378 071</b>	<b>2 026 464 094</b>	<b>5 519 682 857</b>

O Director Executivo Financeiro

Pelo Conselho de Administração

## Demonstração de fluxos de caixa

	Notas	2025	2024
<b>Fluxos das actividades operacionais</b>			
Resultado líquido do exercício		2 026 464 094	1 669 373 246
Depreciações e amortizações	15	119 543 235	103 718 784
Gasto com imparidade de crédito	16	20 307 671	196 908 084
Gastos com imparidade de outros activos	17	336 597 548	60 500 428
Acréscimos e diferimentos de juros		22 527 753	(67 407 183)
Variação nos activos operacionais		(851 283 446)	391 536 225
Variação nos passivos operacionais		7 935 574 224	8 447 680 908
Variação no limite de reservas mínimas obrigatórias		(742 217 205)	(4 214 412 233)
<b>Fluxo de caixa líquido gerado nas actividades operacionais</b>		<b>8 867 513 874</b>	<b>6 587 895 259</b>
<b>Actividades de investimento</b>			
Aquisição de activos tangíveis	26	(422 358 199)	(49 493 333)
Abate de activos tangíveis	26	611 265	29 131 684
Aquisição de activos intangíveis	28	(53 462 323)	(61 156 482)
Aquisição de títulos	22	(570 146 271)	(13 854 311 663)
Reembolso de títulos	22	8 781 129 002	6 396 143 880
<b>Fluxo de caixa líquido gerado nas actividades de investimento</b>		<b>7 735 773 473</b>	<b>(7 539 685 913)</b>
<b>Actividades de financiamento</b>			
Aumento de empréstimos subordinados		-	87 153
Aumento/(reembolso) de papel comercial	33	(3 018 423 639)	1 900 611 139
Dividendos pagos		-	(735 396 594)
Pagamento de capital do passivo de locações		(53 824 321)	(41 954 393)
Juros de contratos de locação		(5 949 976)	(5 745 912)
<b>Fluxo de caixa de líquido gerado nas actividades de financiamento</b>		<b>(3 078 197 935)</b>	<b>1 117 601 394</b>
<b>Aumento/(diminuição) em caixa e equivalente de caixa</b>		<b>13 525 089 412</b>	<b>165 813 740</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do ano		6 785 256 946	6 619 443 206
<b>Caixa e equivalente de caixa no fim do ano</b>	<b>40</b>	<b>20 310 346 358</b>	<b>6 785 256 946</b>

O Director Executivo Financeiro

Pelo Conselho de Administração

## Anexo às Demonstrações Financeiras

### 1. Introdução

O First Capital Bank, S.A. (adiante designado por First Capital Bank ou Banco), começou a operar em Moçambique em julho de 2013, quando assumiu as operações do International Commercial Bank. O First Capital Bank S.A. é propriedade conjunta do FMB Capital Holdings plc (Grupo FMBCH) e de outros dois accionistas estrangeiros. As actividades do Banco centram-se na captação de depósitos, concessão de crédito, e a disponibilização de produtos transaccionais a clientes particulares e empresas. A sede do Banco localiza-se em Maputo, na avenida 25 de Setembro, Aterro do Maxaquene, Edifício Maryah, 7º Andar.

### 2. Bases de preparação

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no custo histórico, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados, outros activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (FVPL) e instrumentos de dívida e de capital próprio ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI), todos eles mensurados ao justo valor. As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Meticais (que é a moeda funcional do banco), arredondadas para a unidade do metical mais próxima, excepto quando indicado.

O Banco preparou as suas demonstrações financeiras individuais com base no pressuposto de que continuará a operar como uma empresa em actividade. A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de Março de 2026 e serão submetidas para aprovação pelos accionistas em reunião de Assembleia Geral.

### 3. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como emitidas pelo IASB, e com o Código Comercial de Moçambique.

### 4. Apresentação das demonstrações financeiras

O Banco apresenta a sua demonstração da posição financeira por ordem de liquidez, com base na intenção e ca-

pacidade percebida do Banco de recuperar/liquidar a maioria dos activos/passivos da correspondente rubrica da demonstração financeira. Uma análise relativa à recuperação ou liquidação no prazo de 12 meses após a data de relato (corrente) e mais de 12 meses após a data de relato (não corrente) é apresentada na Nota 44.

## 5. Alterações nas políticas contabilísticas e divulgações

### 5.1. Normas emitidas ou revistas adoptadas em 2025

As seguintes alterações às normas contabilísticas IFRS existentes entraram em vigor para os períodos anuais com início em 1 de Janeiro de 2025:

Norma / Interpretação	Descrição
Alterações à IAS 21 - Os Efeitos das alterações nas taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Esta alteração visa clarificar a forma de avaliar a permutabilidade de uma moeda, e como deve ser determinada a taxa de câmbio quando esta não é permutável por um longo período. A alteração específica que uma moeda deverá ser considerada permutável quando uma entidade é capaz de obter a outra moeda dentro de um período que permita uma gestão administrativa normal, e através de um mecanismo de troca ou de mercado em que uma operação de troca crie direitos obrigações passíveis de execução.  Se uma moeda não puder ser trocada por outra moeda, uma entidade deverá estimar a taxa de câmbio na data de mensuração da transação. O objetivo será determinar a taxa de câmbio que seria aplicável, na data de mensuração, para uma transação similar entre participantes de mercado. As alterações referem ainda que uma entidade pode utilizar uma taxa de câmbio observável sem proceder a qualquer ajustamento.  As alterações entram em vigor no período com início em ou após 1 de janeiro de 2025. A adoção antecipada é permitida, contudo deverão ser divulgados os requisitos de transição aplicados.

Nenhuma destas alterações teve impacto nas demonstrações financeiras individuais do Banco em 31 de dezembro de 2025.

### 5.2. Normas emitidas ou revistas, mas ainda não efectivas em 2025

As normas e interpretações novas e alteradas, emitidas, mas ainda não efectivas, estão a ser avaliadas pelo Banco para determinar o seu impacto nas demonstrações financeiras individuais. Tal como explicado acima, isto inclui normas e alterações que já estariam em vigor com base na nova norma ou alteração, mas a adopção local ainda está em curso ou resultou numa data de entrada em vigor posterior.

Norma / Interpretação	Descrição
IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	A IFRS 18 vem substituir a IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras e surge em resposta às solicitações dos investidores que procuram informação relativa à performance financeira. Com a introdução dos novos requisitos da IFRS 18, os investidores terão acesso a informação mais transparente e comparável sobre o desempenho financeiro das empresas, tendo como objectivo assim melhores decisões de investimento.  A IFRS 18 introduz essencialmente três conjuntos de novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro:  • Comparabilidade da demonstração dos resultados: A IFRS 18 introduz três categorias definidas para rendimentos e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as empresas forneçam novos subtotais definidos, incluindo o resultado operacional. A nova estrutura e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para a análise do desempenho das empresas facilitando a sua comparação. • Transparência das medidas de desempenho definidas pela Gestão: A IFRS 18 vem exigir que se divulguem informações adicionais sobre os indicadores específicos de performance da empresa relacionados com a demonstração dos resultados, denominados medidas de desempenho definidas pela Gestão. • Agregação e desagregação de itens nas demonstrações financeiras: A IFRS 18 estabelece orientações sobre o modo como os itens da demonstração dos resultados devem ser agregados.  A IFRS 18 entra em vigor em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027 sendo a sua aplicação retrospectiva. É permitida a adopção antecipada desde que a opção seja divulgada.
IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações	A IFRS 19 permite às entidades elegíveis a preparação de demonstrações financeiras em IFRS com requisitos de divulgação mais reduzidos do que os exigidos pelas IFRS, mantendo-se, contudo, a obrigação de aplicar todos os requisitos de mensuração e reconhecimento das IFRS.  A redução de divulgações definida pela IFRS 19 abrange a generalidade das normas IFRS. São consideradas elegíveis as entidades que: (i) sejam subsidiárias de um grupo que prepara demonstrações financeiras consolidadas em IFRS para prestação pública; e (ii) não estão sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira, porque não têm títulos de dívida ou de capital cotados, não estão em processo de cotação, nem têm como actividade principal a guarda de activos a título fiduciário.  A IFRS 19 entra em vigor em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027 sendo a sua aplicação opcional. A aplicação antecipada é permitida desde que as entidades que optem pela adopção antecipada, divulguem essa opção e alinhem as divulgações no período comparativo com as do período actual.
Alterações à IAS 21 – Conversão para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária	Estas alterações visam clarificar o método de conversão de demonstrações financeiras de uma moeda não hiperinflacionária para uma moeda hiperinflacionária. As alterações são relevantes apenas para entidades cuja moeda de apresentação seja a de uma economia hiperinflacionária e cuja própria moeda funcional, ou a das suas operações estrangeiras, seja a de uma economia não hiperinflacionária.  Genericamente, as alterações exigem que todos os montantes (incluindo comparativos) sejam traduzidos de uma moeda funcional que seja a de uma economia não hiperinflacionária para uma moeda de apresentação que seja a de uma economia hiperinflacionária, utilizando a taxa de fecho na data da demonstração da posição financeira mais recente.  As alterações são efectivas para períodos anuais a partir de 1 de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

O banco não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção com excepção de IFRS 18.

## 6. Estimativas, julgamentos significativos e provisões

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes reportados de activos, passivos, réditos e gastos. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e pressupostos são periodicamente revistas. As alterações de estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista se a revisão afectar somente esse período, ou o período da revisão e períodos futuros, se a revisão afectar ambos os períodos.

O Banco constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Na aplicação das políticas contabilísticas do Banco, a gestão usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As mais significativas dizem respeito a:

### Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem o uso de modelos matemáticos. Os dados a inserir nestes modelos são calculados com base na informação de mercado disponível, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer a ponderações para determinar o justo valor. As alterações nos pressupostos utilizados podem afectar o justo valor dos instrumentos financeiros reconhecido nas demonstrações financeiras.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido, os modelos de fluxos de caixa descontados e outros modelos de avaliação. Pressupostos e inputs utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro livre e de referência, os spreads de crédito e outros prémios utilizados para estimar as taxas de desconto, preços de obrigações, instrumentos financeiros de natureza monetária e taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é obter uma determinação do justo valor que reflecta o preço do instrumento financeiro na data do relato, a qual teria sido determinado pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

### Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual está sujeito ao direito de fiscalização pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal do Banco dos últimos cinco (5) exercícios económicos, podendo tal facto resultar em eventuais ajustamentos, devido a diferentes interpretações e/ou in-

cumprimento da legislação fiscal.

O Conselho de Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito. Eventuais correcções à base fiscal declarada, como resultado dessas revisões, não deverão ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras.

Activos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis e permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado no futuro face ao período durante o qual os mesmos activos podem ser utilizados. Os prováveis lucros tributáveis são estimados com base em planos de negócios que incluem estimativas e pressupostos, designadamente, sobre o crescimento económico, taxas de juros, taxa de inflação, taxas de imposto e forças concorrenciais.

### Imparidade de activos financeiros

As imparidades de activos financeiros são registadas usando a abordagem prescrita na IFRS 9, a menos que o activo seja considerado em imparidade de crédito no reconhecimento inicial, casos em que os requisitos específicos para este cenário contidos na IFRS 9 serão aplicados. A norma determina a constituição de provisões para perdas de crédito esperadas. A estimativa de imparidades de activos financeiros é inerentemente incerta e depende de diversos factores, incluindo condições económicas gerais (actuais e futuras), mudanças estruturais nos sectores de actividade, alteração das circunstâncias do negócio dos clientes e outros factores externos, tais como, requisitos legais, especificações regulamentares e mudanças nas políticas governamentais.

Após o reconhecimento de activos financeiros, são registadas as perdas de crédito esperadas para um período de 12 meses. As imparidades avaliadas para perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiros serão registadas para activos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Imparidades mensuradas em perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro serão também registadas para activos financeiros que estejam em imparidade de crédito.

## 7. Políticas contabilísticas materiais

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios sendo descritas abaixo como segue:

### a) Instrumentos financeiros

#### Classificação

No reconhecimento inicial, os activos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- Activos financeiros ao custo amortizado
- Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral
- Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Derivados relacionados com um determinado activo financeiro no âmbito da norma não são segregados, sendo a classificação do instrumento financeiro composto avaliada de forma conjunta (normalmente classificado ao justo valor por resultados).

A classificação de activos financeiros de acordo com a IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um activo financeiro é gerido e suas características de fluxo de caixa contratuais.

#### Avaliação do modelo de negócio

No momento de aquisição de um instrumento financeiro, o Banco faz uma avaliação do objectivo do modelo de negócio, que inclui a determinação do objectivo de manter o activo em carteira, e se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um acordo básico de empréstimo. O Banco procede à reavaliação regular do modelo de negócio no qual os instrumentos financeiros são detidos, ao nível do portfólio, dado que esta abordagem reflecte da melhor forma como os activos são geridos e como a informação é disponibilizada aos órgãos de gestão. A avaliação feita compreende:

- A análise das políticas e objectivos estabelecidos para o portfólio e a operacionalidade prática dessas políticas;
- Forma como a performance do portfólio é avaliada,
- A avaliação dos riscos que afectam a performance do modelo de negócio e a forma como esses riscos são geridos;
- O modelo de remuneração da Gestão (se a compensação depende do justo valor dos activos sob gestão ou dos cash-flows contratuais recebidos); e
- A análise da frequência, volume e periodicidade das vendas (face ao período anterior), os motivos para as referidas vendas e as expectativas sobre as vendas futuras.

#### Avaliação das características dos cash flows contratuais

Na avaliação dos instrumentos financeiros em que os cash-flows contratuais se referem exclusivamente ao recebimento de capital e juros, o Banco considera os termos contratuais originais do instrumento. No processo de avaliação, o Banco tem em consideração (i) eventos que possam modificar a periodicidade e montante dos fluxos de caixa, (ii) características que resultem em alavancagem (ex. derivados); (iii) cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade e (iv) características que possam modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro.

Os modelos de negócios são explicados como se segue:

#### (i) Activos financeiros ao custo amortizado

Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O activo é detido num modelo de negócio cuja finalidade é manter o activo financeiro com o objectivo de obter os seus fluxos de caixa contratuais; e
- Os seus termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa associados a pagamentos de capital e juros do montante em dívida.

#### (ii) Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um activo é classificado nesta categoria se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- É detido num modelo de negócio cujo objectivo é atingido tanto pela colecta de fluxos de caixa contratuais bem como pela venda desse activo financeiro.
- Os termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas a pagamentos de capital e juros do montante em dívida.

Um activo é classificado e mensurado pelo justo valor através de resultados quando não seja classificado e mensurado pelo custo amortizado nem pelo justo valor através de outro rendimento integral.

#### Reconhecimento inicial e mensuração

O Banco reconhece inicialmente os activos financeiros na data em que são originados, nomeadamente aquando da contratação dos instrumentos.

Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente pelo justo valor. Os custos de transacção que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de activos financeiros são adicionados ou deduzidos do justo valor dos activos financeiros, consoante o caso, no reconhecimento inicial.

O Banco geralmente não reclassifica instrumentos financeiros entre diferentes categorias subsequentemente ao reconhecimento inicial. Activos financeiros são reclassificados somente se o Banco alterar o seu modelo de negócios para gerir activos financeiros. Em conformidade com a IFRS 9, activos financeiros só podem ser reclassificados se ocorrer uma mudança no modelo de negócios.

#### Mensuração subsequente

##### a) Instrumentos de Capital Próprio designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI)

Instrumentos de Capital Próprio designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI) são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido de custos de transacção. Posteriormente, são mensurados ao justo valor com ganhos e perdas decorrentes de variações no justo valor reconhecidos em outro rendimento integral e acumulados em outras reservas. Os valores reconhecidos em outro rendimento integral não são reclassificados para lucros ou prejuízos em nenhuma circunstância, sendo transferidos para resultados transitados em caso de alienação.

##### b) Custo amortizado

Os activos financeiros classificados ao custo amortizado, são mensurados usando o método da taxa de juro efectiva, deduzidos de perdas esperadas por imparidade, que são reconhecidas nos lucros ou prejuízos. O custo amortizado é calculado tendo em conta quaisquer custos de transacção na aquisição, bem como as comissões e os custos que são parte integrante da taxa de juro efectiva. As comissões de originação e de serviço são ambas consideradas parte integrante da taxa de juro efectiva. As comissões de originação são adicionadas ao montante da dívida original e incluídas na mensuração inicial do empréstimo.

As perdas de crédito esperadas são calculadas através da utilização de uma metodologia apropriada de imparidade.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva.

#### Reclassificação entre categorias de activos financeiros

Se o modelo de negócios sob o qual o Banco detém activos financeiros alterar, os activos financeiros afectados são reclassificados. Os requisitos de classificação e mensuração relacionados com a nova categoria aplicam-se prospectivamente a partir do primeiro dia do exercício financeiro após a mudança no modelo de negócios que resulta na reclassificação dos activos financeiros do Banco. Durante o exercício financeiro actual e o período contabilístico anterior, não houve alteração no modelo de negócios sob o qual o Banco detém activos financeiros e consequentemente não ocorreram quaisquer reclassificações. As mudanças nos fluxos de caixa contratuais são consideradas na política contabilística de Modificação e desreconhecimento de activos financeiros descrita abaixo.

#### Modificação e desreconhecimento de activos financeiros

Uma modificação de um activo financeiro ocorre quando os termos contratuais que regem os fluxos de caixa de um activo financeiro são renegociados ou modificados entre o reconhecimento inicial e o vencimento do activo financeiro. Uma modificação afecta a quantia e/ou a época dos fluxos de caixa contratuais, imediatamente ou numa data futura. Adicionalmente, a introdução ou ajuste de cláusulas restritivas de um empréstimo existente constitui uma modificação, mesmo que essas cláusulas novas ou ajustadas não afectem os fluxos de caixa imediatamente, mas possam afectar os fluxos de caixa dependendo do cumprimento ou não dos termos acordados.

O Banco renegocia empréstimos de clientes com dificuldades financeiras para maximizar a cobrança e minimizar o risco de incumprimento. A renegociação de empréstimos é concedida nos casos em que, embora o mutuário tenha feito todos os esforços razoáveis para cumprir com os termos contratuais originais, existe um alto risco de incumprimento e espera-se que o mutuário atenda aos termos contratuais revistos. Os termos revistos na maioria dos casos incluem uma extensão do vencimento do empréstimo, mudanças na periodicidade dos fluxos de caixa do empréstimo (capital e amortização de juros) e redução no montante dos fluxos de caixa devidos (capital e juros vencidos), concretizadas mediante adendas às cláusulas contratuais.

Quando um activo financeiro é modificado, o Banco avalia se essa modificação resulta em desreconhecimento. De acordo com a política do Banco, uma modificação resulta no desreconhecimento quando dá origem a termos substancialmente diferentes. Para determinar se os termos modificados são substancialmente diferentes dos termos contratuais originais, o Banco considera factores qualitativos, como fluxos de caixa contratuais após a modificação, alteração da moeda de denominação do activo ou mudança na contraparte, bem como a extensão das alterações na taxa de juros, data de vencimento e cláusulas restritivas. Se estes não indicarem claramente uma modificação substancial, é realizada uma avaliação quantitativa para comparar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais remanescentes sob os termos originais com os fluxos de caixa contratuais sob os termos revistos, sendo ambos os montantes descontados à taxa efectiva original. Se a diferença no valor presente for superior a 90%, o Banco considera que a modificação é substancialmente diferente, levando ao desreconhecimento do activo.

No caso em que o activo financeiro é desreconhecido, a provisão para perdas por imparidade (ECL) é remensurada à data de desreconhecimento para determinar a quantia líquida escriturada do activo nessa data. A diferença entre este valor contabilístico revisado e o justo valor do novo activo financeiro gerará um ganho ou perda no desreconhecimento. O novo activo financeiro terá uma provisão para perdas, mensurada com base na perda esperada de 12 meses, excepto nas raras ocasiões em que o novo empréstimo for considerado como originado com redução no valor recuperável de crédito. Esta premissa aplica-se somente no caso em que o justo valor do novo empréstimo é reconhecido com um desconto significativo em relação ao seu valor nominal revisado, pois permanece um alto risco de incumprimento que não foi reduzido pela modificação. O Banco monitora o risco de crédito dos activos financeiros modificados ao avaliar informações qualitativas e quantitativas, como, por exemplo, se o tomador está em situação de atraso nos novos termos.

Quando os termos contratuais de um activo financeiro são modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, o Banco determina se o risco de crédito do activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial comparando:

- A PD (Probabilidade de default) remanescente ao longo da vida estimada do activo com base nos dados no seu reconhecimento inicial e nos termos contratuais originais;
- Com a PD remanescente na data de relato financeiro com base nos termos modificados.
- Para activos financeiros modificados como parte da política de tolerância do Banco, onde a modificação não resultou em desreconhecimento, a estimativa de PD reflecte a capacidade do Banco de cobrar os fluxos de caixa modificados levando em conta a experiência anterior do Banco, bem como vários indicadores comportamentais, incluindo o desempenho do pagamento do mutuário em relação aos termos contratuais modificados. Se o risco de crédito permanecer significativamente mais alto do que o esperado no reconhecimento inicial, a provisão para perdas continuará a ser medida em um montante igual à Expected Credit Loss (ECL) vitalícia. A provisão para perdas com empréstimos diferidos geralmente só será mensurada com base na ECL de 12 meses, quando houver evidência de melhoria do comportamento de reembolso após a modificação, levando a uma reversão do aumento significativo anterior no risco de crédito.

Quando uma modificação não leva ao desreconhecimento, o Banco calcula o ganho / perda de modificação comparando o valor contabilístico bruto antes e depois da modificação (excluindo a provisão ECL). Em seguida, o Banco mede a ECL para o activo modificado, onde os fluxos de caixa esperados provenientes do activo financeiro modificado são incluídos no cálculo das deficiências de caixa esperadas do activo original.

O Banco desreconhece um activo financeiro somente quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram (incluindo a expiração resultante de uma modificação com termos substancialmente diferentes), ou quando o activo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do activo são transferidos para outra entidade. Se o Banco não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e continuar a controlar o activo transferido, o Banco reconhece sua participação retida no activo e um passivo associado para os valores que poderá ter de pagar. Se o Banco reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um activo financeiro transferido, o Banco continua a reconhecer o activo financeiro e também reconhece um empréstimo garantido pelos recursos recebidos.

No momento do write off de um activo financeiro na sua totalidade, a diferença entre o valor contabilístico do activo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho/perda acumulado que tinha sido reconhecido no rendimento integral e acumulado nos capitais próprios é reconhecido em resultados, com a excepção do investimento de capital designado conforme mensurado ao justo valor através do rendimento integral, onde o ganho/perda acumulada anteriormente reconhecida no rendimento integral não é subsequentemente reclassificado no resultado.

#### Imparidades

O modelo de imparidade do Banco toma em consideração as perdas de crédito esperadas (ECL) e é aplicado aos instrumentos financeiros classificados ao "custo amortizado" e ao "justo valor através de outro rendimento integral". Este modelo aplica-se a instrumentos de dívida e compromissos e garantias financeiras emitidas (exposições extrapatrimoniais também são incluídas). Os instrumentos de capital próprio não estão sujeitos ao cálculo de ECL. Os instrumentos sujeitos a imparidades através de perdas de crédito esperadas são divididos em três estágios, tendo em conta a amplitude da deterioração do crédito desde o seu registo inicial:

- Estágio 1: abrange activos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Neste caso, a imparidade reflecte perdas de crédito esperadas resultantes de probabilidade de incumprimento que poderão ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte. Para os activos com uma maturidade inferior a 12 meses, as perdas de crédito esperadas correspondem à maturidade remanescente.
- Estágio 2: instrumentos em que se considera que ocorreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais ainda não existe evidência objectiva de imparidade. Neste caso, as perdas de crédito esperadas baseiam-se na PD do período de vida útil, ou seja, representa a probabilidade de incumprimento que ocorra pelo remanescente período da vida útil estimado do activo financeiro.
- Estágio 3: instrumentos financeiros para os quais existe evidência objectiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas. À semelhança do estágio 2, a PD corresponde a perdas esperadas de crédito durante a vida útil do activo financeiro. As operações reestruturadas são consideradas no estágio 3.

O apuramento da perda esperada baseia-se em informações históricas e actuais e requer decisões de gestão, estimativas e pressupostos, particularmente nos seguintes domínios: avaliação da existência de um aumento significativo do risco desde o momento de reconhecimento inicial e incorporação da informação forward looking no cálculo da ECL.

As ECL reflectem o valor actual de todas as insuficiências de fluxos de caixa relacionadas com cenários de incumprimento sejam eles (i) nos doze meses seguintes, ou (ii) ao longo da vida útil esperada de um instrumento financeiro, dependendo da deterioração do crédito desde o seu registo inicial. No entanto, a ECL é determinada através da multiplicação da probabilidade de incumprimento (probability of default – PD) pela perda dado o incumprimento (loss given default – LGD) e pelo valor da exposição (exposure at default – EAD).

Os parâmetros da ECL (PD e LGD) para as carteiras de crédito são determinados através de modelos estatísticos internos, e outros dados históricos relevantes, sendo que, para a sua determinação toma-se em consideração o seguinte:

- As PD são determinadas através de um modelo estatístico que toma em consideração informação quantitativa e qualitativa do mutuário. O Banco toma em consideração a performance e incumprimento das exposições de risco de crédito e efectua uma análise por tipologias de clientes e produtos, sendo que, as PD's são atribuídas em função do risco específico de cada mutuário.
- O Banco estima os parâmetros de LGD com base no histórico de taxas de recuperação após a entrada em

incumprimento das contrapartes. O modelo de LGD considera os colaterais associados aos financiamentos, o sector de actividade, o tempo de incumprimento, bem como os custos de recuperação. Na determinação da LGD, o Banco considera apenas colaterais que se apresentam na forma tangível (imoveis habitacionais ou comerciais, equipamentos, valores monetários, Obrigações de tesouro e Bilhetes de tesouro), excluindo-se deste modo, colaterais que se apresentem na forma de cartas conforto, livranças, avales, entre outros.

Para a determinação das ECLs aplicáveis aos instrumentos de dívida soberana de Moçambique, o Banco recorre a informação publicada anualmente pela agência de notação financeira Standard & Poor's para o apuramento da PD, e considera uma LGD de 45% em linha com as normas de Basileia para exposições soberanas não colateralizadas. À data de reporte, a carteira de instrumentos de dívida soberana do Banco, composta integralmente por Bilhetes de Tesouro, encontra-se classificada em stage 2, na sequência da verificação de um aumento significativo do risco de crédito destes títulos, desde o seu reconhecimento inicial. Consequentemente, o cálculo de perdas esperadas sobre estes activos financeiros é feito tendo por base a vida útil remanescente destes instrumentos financeiros.

#### Definição de incumprimento

A definição de incumprimento é usada na mensuração da quantia de perdas de crédito esperadas (ECL) e na determinação se a provisão para perdas é baseada em ECL de 12 meses ou na vida útil do activo, pois o incumprimento é uma componente da probabilidade de incumprimento (PD) que afecta tanto a mensuração da ECL como a identificação de um aumento significativo do risco de crédito.

O Banco considera os seguintes eventos como evidências de incumprimento:

- o mutuário está vencido há mais de 90 dias em qualquer obrigação de crédito relevante para o Banco; ou
- é improvável que o mutuário pague integralmente as suas obrigações de crédito ao Banco.
- A definição de incumprimento é apropriadamente adaptada para reflectir características de diferentes tipos de activos. Os descobertos são considerados como vencidos uma vez que o cliente tenha excedido o limite estabelecido ou tenha sido informado de um limite menor do que o valor actual em dívida.

Ao avaliar se é improvável que o mutuário pague as suas obrigações de crédito, o Banco tem em conta indicadores qualitativos e quantitativos. As informações avaliadas dependem do tipo de activo, como seja, por exemplo, o indicador qualitativo de incumprimento de cláusulas contratuais associadas ao negócio de clientes empresa, o qual geralmente não é aplicável para empréstimos de retalho. Indicadores quantitativos, como sejam o atraso no pagamento do serviço de dívida e o não pagamento de outras obrigações por parte do mutuário no sector financeiro moçambicano, são elementos fundamentais nessa análise. O Banco utiliza uma variedade de fontes de informação para avaliar o incumprimento, que são desenvolvidas internamente ou obtidas de fontes externas.

#### Aumento significativo no risco de crédito

O Banco monitora todos os activos financeiros, compromissos de empréstimos emitidos e contratos de garantia financeira que estão sujeitos aos requisitos de imparidade para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, incluindo se houve uma redução do valor recuperável. Se tiver ocorrido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco irá mensurar a provisão para perdas com base no prazo remanescente ao invés da ECL de 12 meses.

Ao avaliar se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Banco compara o risco de ocorrência de um incumprimento no instrumento financeiro na data do balanço com base no prazo residual do instrumento. Ao fazer essa avaliação, o Banco considera informações quantitativas e qualitativas que sejam razoáveis e sustentáveis, incluindo a experiência histórica e as informações prospectivas que estão disponíveis, incluindo estimativas futuras.

Múltiplos cenários económicos formam a base para determinar a probabilidade de incumprimento (PD) no reconhecimento inicial e nas datas subsequentes. Cenários económicos diferentes levarão a uma probabilidade diferente de incumprimento. A ponderação desses diferentes cenários forma a base de uma probabilidade média ponderada de incumprimento que é usada para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente.

Para empréstimos concedidos a empresas, as informações prospectivas incluem as perspectivas futuras das indústrias nas quais as contrapartes do Banco operam, obtidas de relatórios económicos de especialistas, analistas financeiros, órgãos governamentais, grupos de reflexão relevantes e outras organizações similares, bem como a consideração de vários departamentos internos e fontes externas de informações económicas reais e previstas. Para o crédito de retalho, as informações prospectivas de empréstimos incluem as mesmas previsões económicas que os empréstimos corporativos com previsões adicionais de indicadores económicos locais, particularmente para regiões com concentração em determinadas indústrias, bem como informações geradas internamente sobre o comportamento de pagamento de clientes.

O Banco atribui às suas contrapartes um nível de risco de crédito interno em função da avaliação da sua qualidade de crédito. A informação quantitativa é um indicador primário de aumento significativo no risco de crédito e é baseada na mudança na PD ao longo da vida do instrumento financeiro comparando:

- A PD remanescente da vida do instrumento na data do balanço; com
- A PD do prazo residual do instrumento no momento actual, estimada com base em factos e circunstâncias do momento do reconhecimento inicial da exposição.

As PDs utilizadas são forward-looking e o Banco utiliza as mesmas metodologias e dados utilizados para mensurar a provisão para perdas estimadas de crédito (ECL).

Os factores qualitativos que indicam aumento significativo no risco de crédito são reflectidos nos modelos de PD em tempo útil. No entanto, o Banco ainda considera separadamente alguns factores qualitativos para avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente. Para empréstimos corporativos, há um enfoque particular em activos incluídos numa "lista de observação", objecto de monitorização regular.

Dado que um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial é uma medida relativa, uma dada mudança na PD será mais significativa para um instrumento financeiro com uma PD inicial mais baixa do que comparado a um instrumento financeiro com uma PD mais alta.

Considera-se que ocorre um back-stop quando um activo fica 30 dias em mora, sendo que nesses casos o Banco considera que ocorreu um aumento significativo no risco de crédito e o activo passa para o estágio 2 no modelo de imparidade, ou seja, a provisão para perdas é medida como ECL vitalícia.

#### b) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, sendo a moeda funcional do Banco e de apresentação. Transacções em moeda estrangeira são reconhecidas à taxa de câmbio à data de transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos, à data de balanço, à taxa de câmbio média diária divulgada pelo Banco de Moçambique a essa data. As diferenças de câmbio são reconhecidas em resultados no período a que respeitam. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertíveis à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do ano, ajustado por juros e pagamentos efectivos durante o ano, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio à vista no final do ano. Activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio à vista na data da transacção. As diferenças em moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, as taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos relevantes, denominados em moeda estrangeira foram as seguintes:

Taxas de Câmbio	2025	2024
Dólar Americano	63.91	63.91
Euro	75.01	66.79
Rand Sul-Africano	3.85	3.41

#### c) Passivos financeiros e instrumentos de capitais próprios

Os instrumentos de dívida e de capital próprio emitidos são classificados como passivos financeiros ou como capital próprio de acordo com a substância do acordo contratual.

Um passivo financeiro é uma obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro activo financeiro ou de trocar activos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente desfavoráveis para o Banco ou um contrato que será ou possa ser liquidado com instrumentos de capital próprio do Banco e é um contrato não derivado pelo qual o Banco é ou pode ser obrigado a entregar um número variável de instrumentos de capital próprio, ou um contrato derivado sobre os capitais próprios líquidos que pode ser liquidado pela troca de uma quantia fixa em dinheiro (ou outro activo financeiro) por um número fixo de instrumentos de capital próprio do Banco.

#### Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencia uma participação residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Banco são reconhecidos pelos recursos recebidos, líquidos dos custos directos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de capital do Banco é reconhecida e deduzida directamente no capital

próprio. Nenhum ganho/perda é reconhecido no resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de capital próprio do Banco.

#### Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados ou passivos financeiros ao custo amortizado.

#### Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros são classificados ao justo valor através de resultados quando são (i) detidos para negociação, ou (ii) designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi incorrido principalmente para recomprá-lo no curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial, faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Banco administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- É um derivado que não é designado e efectivo como instrumento de cobertura.

Um passivo financeiro não mantido para negociação ou contraprestação contingente que pode ser pago por um adquirente como parte de uma combinação de negócios pode ser designado como justo valor através de resultados no reconhecimento inicial se:

- tal designação elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que de outra forma surgiria; ou
- o passivo financeiro faz parte de um grupo de activos financeiros ou passivos financeiros ou ambos, cujo desempenho é avaliado com base no justo valor, de acordo com a gestão de risco documentada do Grupo ou estratégia de investimento, e informações sobre o agrupamento são fornecidas internamente nessa base; ou
- faz parte de um contrato contendo um ou mais derivados embutidos, sendo que a IFRS 9 permite que todo o contrato híbrido (combinado) seja designado como justo valor através de resultados.
- Os ganhos/perdas de passivos financeiros ao justo valor resultantes de nova mensuração são reconhecidos em resultados, na medida em que não fazem parte de uma relação de cobertura designada. O ganho / perda líquido reconhecido em resultados inclui os juros pagos sobre o passivo financeiro.

#### Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, incluindo depósitos, empréstimos e responsabilidades representadas por títulos, são inicialmente mensurados ao justo valor, líquidos dos custos da transacção. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva.

O método da taxa de juro efectiva consiste em calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e reconhecer a despesa de juros pelo período relevante. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do passivo financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para o valor contabilístico líquido no reconhecimento inicial.

#### Desreconhecimento de passivos financeiros

O Banco desreconhece os passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações do Banco são liquidadas, canceladas ou vencidas. A diferença entre o valor contabilístico do passivo financeiro desreconhecido e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida em resultados.

Quando o Banco troca com o credor existente um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Da mesma forma, o Banco contabiliza a modificação substancial dos termos de um passivo existente ou parte dele como extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo. Presume-se que os termos sejam substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa sob os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas líquidas de quaisquer taxas recebidas e descontadas, usando a taxa efectiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original.

#### d) Determinação do custo amortizado

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual o activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, deduzido dos reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa de juro efectiva de qualquer diferença entre o valor inicial reconhecido e o valor na maturidade, menos qualquer redução por perda de imparidade.

#### e) Determinação do justo valor

O Banco procede à mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor à data de balanço. Adicionalmente, para efeitos de divulgação, procede à mensuração do justo valor dos instrumentos valorizados ao custo amortizado. O justo valor assume que o activo ou passivo é transaccionado entre participantes no mercado numa transacção ordenada de venda do activo ou de transferência do passivo à data de mensuração nas condições vigentes de mercado. Uma mensuração pelo justo valor assume que a transacção de venda do activo ou de transferência do passivo se realiza:

- No mercado principal desse activo ou passivo; ou
- Não existindo um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse activo ou passivo.

O principal ou mais vantajoso mercado tem de estar acessível ao Banco.

O justo valor do activo ou do passivo é mensurado no pressuposto de que os participantes de mercado efectuaram a transacção agindo no seu melhor interesse económico.

A mensuração pelo justo valor de um activo não-financeiro tem em consideração a capacidade de um participante no mercado para gerar benefícios económicos, maximização a utilização do activo, ou vendendo-o a outro participante no mercado que o irá utilizar da melhor maneira possível.

O Banco utiliza técnicas de valorização consideradas as mais apropriadas de acordo com as circunstâncias e para os quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização da informação relevante disponível com base nas variáveis observáveis e minimizando a utilização das variáveis não observáveis.

Todos os activos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras encontram-se reconhecidos de acordo com a hierarquia do justo valor, abaixo descrita, a qual categoriza o nível de inputs para a mensuração do justo valor da seguinte forma:

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) dos activos ou passivos em mercados activos a que a entidade tem acesso à data da mensuração.
- Nível 2 – Justo valor determinado com base em dados observáveis de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para os activos ou passivos, quer directamente ou indirectamente.
- Nível 3 – Justo valor dos activos e passivos é determinado com base em inputs que não são baseados em informação observável em Mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos recorrentemente nas demonstrações financeiras, o Banco determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia do justo valor pela reavaliação da sua categorização (baseado no mais baixo nível de input para a mensuração do justo valor).

#### f) Garantias financeiras

No decorrer da sua actividade corrente, o Banco concede garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias e avales. Tais garantias são registadas em contas extrapatrimoniais e divulgadas como passivos contingentes.

#### g) Reconhecimento de rédito e gasto

O rédito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Banco e esses benefícios possam ser fiavelmente mensuráveis. O reconhecimento de rédito obedece aos seguintes critérios por rubrica:

#### Juros, rendimentos e gastos similares

Os rendimentos e gastos de juros para todos os instrumentos financeiros, excepto aqueles classificados como mantidos para negociação ou aqueles mensurados ou designados ao justo valor, são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa de desconto dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, num período mais curto, para o valor contabilístico do activo ou passivo financeiro. Os fluxos de caixa futuros são estimados levando em consideração todos os termos contratuais do instrumento.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui todas as taxas pagas ou recebidas entre as partes do contrato, que são incrementais e directamente atribuíveis ao contrato de empréstimo específico, os custos de transacção e todos os outros prémios ou descontos. Para os activos financeiros ao justo valor através de resultados, os custos de transacção são reconhecidos no resultado no reconhecimento inicial.

O rendimento/gasto de juros é calculado aplicando-se a taxa de juro efectiva ao valor contabilístico bruto de activos financeiros (ou seja, ao custo amortizado do activo financeiro antes do ajustamento de qualquer imparidade), ou ao custo amortizado de passivos financeiros. Para os activos financeiros com perda de imparidade (estágio 3), o

rendimento de juros é calculado aplicando-se a taxa de juro efectiva ao custo amortizado dos activos financeiros com perda de imparidade (ou seja, o valor contabilístico bruto menos a provisão para perdas esperadas de crédito (ECLs)). Para activos financeiros originados ou comprados com redução no valor recuperável de crédito, a taxa de juro efectiva reflecte as ECLs na determinação dos fluxos de caixa futuros que se espera que sejam recebidos do activo financeiro.

#### Rendimentos provenientes de serviços e comissões

Os rendimentos e gastos de comissões incluem outras taxas que não aquelas que são parte integrante da taxa de juro efectiva. As comissões incluídas nesta componente da demonstração de resultados incluem, entre outras coisas, comissões cobradas pelo serviço de um empréstimo, taxas de não utilização relacionadas com compromissos de empréstimo, quando é improvável que resultem num acordo de empréstimo específico, e comissões na sindicância de empréstimos.

Gastos de honorários e comissões com relação a serviços são contabilizadas na medida em que os serviços são recebidos.

#### h) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, e disponibilidades em outras instituições de crédito, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.

Caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto do Banco de Moçambique.

#### i) Activos tangíveis

Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade. Os custos de reparação de parte de um activo tangível são incluídos no valor contabilístico do activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco e possam ser mensurados com fiabilidade.

As outras despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento da posição financeira. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Categoria	Anos
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamentos	3 - 10
Viaturas	4
Ferramentas e utensílios	10

O Banco efectua regularmente a análise da adequidade da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. Alterações na vida útil esperada dos activos são reconhecidas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratados como alterações de estimativas contabilísticas.

As obras em edifícios arrendados são depreciadas num prazo compatível com a sua utilidade esperada no contrato de arrendamento.

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em outros ganhos operacionais ou outros gastos operacionais, respectivamente, na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

#### j) Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem os valores de software. O software adquirido pelo Banco é registado ao custo histórico deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As despesas com software desenvolvido internamente são reconhecidas como um activo quando o Banco consegue demonstrar a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e pode fiavelmente mensurar os custos para completar o desenvolvimento. A capitalização dos custos de software desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do software, e são amortizados durante a sua vida útil. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 3 a 4 anos.

#### k) Imparidade de activos não financeiros

O Banco avalia em cada data de relato ou com maior frequência se ocorreram eventos que alterem o valor contabilístico de um activo não financeiro, se existe evidência objectiva de imparidade. Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o Banco estima o valor recuperável do activo – o valor recuperável de um activo é o maior valor entre o valor em uso e o justo valor deduzido dos custos de transacção. Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

A cada data de balanço, é reavaliada a existência de qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do activo e revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para apurar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

#### l) Impostos sobre rendimento

##### i) Impostos correntes

Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou a recuperar das autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data da posição financeira.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos na matéria colectável resultante de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

A Autoridade Tributária de Moçambique tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco durante um período de cinco anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, existe a possibilidade de poderem ocorrer correcções à matéria colectável, designadamente resultantes de eventuais diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

##### ii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias à data do balanço entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial do goodwill ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável ou perda; e;
- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que seja provável que a diferença temporária não se revertará no futuro previsível.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais, na medida em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível contra as diferenças temporárias dedutíveis, e o reporte de créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados. Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

#### m) Dividendos sobre acções ordinárias

Os dividendos sobre acções ordinárias são reconhecidos como passivo e deduzidos ao capital próprio quando são aprovados pelos accionistas do Banco. Os dividendos intercalares são deduzidos ao capital próprio quando declarados.

#### n) Provisões

Uma provisão é reconhecida se o Banco, como resultado de um evento passado, tiver uma obrigação presente legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que uma saída de benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando aplicável e material, as provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflecta as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e, eventualmente, os riscos específicos para o passivo.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

#### o) Benefícios a empregados

Os Colaboradores com vínculo contratual ao Banco estão, na sua totalidade, inscritos na Segurança Social. As responsabilidades do Banco com os seus trabalhadores consistem, desta forma, no pagamento de um suplemento que complementará a eventual prestação do sistema de Segurança Social.

O Banco dispõe de um plano de pensões para os seus empregados, fazendo parte de um fundo de pensões aberto de contribuição definida. Este tipo de plano cumpre os requisitos de classificação de “planos de contribuição definida”, uma vez que o valor dos benefícios pós-emprego recebida pelo trabalhador é determinado pela quantia de contribuições pagas por uma entidade para um plano de benefícios, juntamente com os retornos do investimento provenientes das contribuições. O plano de pensões abrange todos os colaboradores que detenham um contrato de trabalho por tempo indeterminado com o Banco, e tem como finalidade proporcionar aos participantes pensões de reforma por velhice ou por invalidez e, em caso de falecimento do participante, uma pensão de sobrevivência para os seus beneficiários.

As contribuições do Banco, para o plano de contribuição definida, são efectuadas de acordo com o regulamento do plano de pensões aprovado pelo Conselho de Administração, sendo registadas como um custo do exercício a que respeitam na rubrica de “Gastos com pessoal”.

As remunerações variáveis atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

#### p) Locações

A contabilização das locações segue o disposto na NIRF 16 - Locações, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações para ambas as partes de um contrato, ou seja, o cliente (“locatário”) e o fornecedor (“locador”).

De acordo com a referida norma, o locatário reconhece um activo de direito de uso, que representa um direito de usar o activo subjacente (corresponde ao valor actual das rendas futuras), e um passivo de locação, que representa uma obrigação de efectuar pagamentos de renda. Existem isenções de reconhecimento para locações de curto prazo e locações de itens de baixo valor. Todos os contratos ao abrigo desta isenção não são significativos para o Banco. Na qualidade de locatário, o Banco reconhece todos activos e passivos para as locações operacionais, que correspondem a imóveis para uso próprio (agências e outros) e reconhece um custo de depreciação para os activos que correspondem ao direito de uso e um custo financeiro de juros sobre o passivo de locação. O Banco inclui os pagamentos devidos no âmbito do contrato de locação no seu passivo de locação.

O passivo de locação deve ser mensurado pelo valor presente dos pagamentos de locação que fixos. Estes pagamentos devem ser actualizados à taxa implícita no contrato se for aplicável, ou alternativamente usando a taxa de desconto, que é a taxa que o locatário teria de pagar se solicitasse um empréstimo para adquirir o activo no mesmo mercado, com as mesmas condições (prazo, qualidade do activo, garantias). Subsequentemente o passivo deve ser mensurado pelo aumento do valor de juros e reduzido pelo valor dos pagamentos com o reconhecimento em resultados do exercício da componente de juros.

#### q) Activos não correntes detidos para venda

Os grupos de activos não correntes são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável. O banco também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos são mensurados ao menor entre o seu valor contabilístico e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

O banco classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem. O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo banco.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante em que a quantia escriturada do activo exceder o seu valor recuperável. Para efeitos da avaliação da imparidade, os activos são agrupados ao nível mais baixo, para o qual existam fluxos de caixa separadamente identificáveis (unidades geradoras de caixa).

As propriedades registadas em activos não correntes detidos para venda e em outros activos, são avaliadas a cada data de balanço, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Banco estabeleceu como período de referência máximo 2 anos entre avaliações efectuadas por peritos avaliadores habilitados para o efeito.

As avaliações dos imóveis, são efectuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transacção, normalmente o valor de mercado (justo valor). As técnicas de avaliação normalmente utilizadas são a abordagem de mercado, abordagem do custo e abordagem do rendimento.

Conforme previsto pela IFRS 13, as avaliações dos edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. O Banco considera que as valorizações obtidas com base nestas metodologias correspondem à melhor estimativa do justo valor destes activos na data do balanço.

O Banco considera que os edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efectuadas para apurar o respectivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização actual, conforme previsto pela IFRS 13 – “Mensuração pelo Justo Valor”.

A determinação do Valor de Mercado baseia-se em métodos de avaliação internacionalmente aceites e que, nomeadamente:

- O Método Comparativo de Mercado: compara a propriedade a avaliar com outras propriedades semelhantes e que exerçam a mesma função, transacionadas há pouco tempo no local ou em zonas equiparáveis. Os valores conhecidos são ajustados para tornar pertinente a comparação, sendo consideradas as variáveis: dimensão, localização, infraestruturas existentes, estado de conservação e outras, que possam ser de alguma forma relevante.
- O Método do Custo de Reposição Amortizado: consiste na determinação do valor de substituição do imóvel em análise, e parte do pressuposto que um investidor, conhecedor e informado, não estaria disposto a pagar mais pela propriedade do que o custo de produzir outra com idêntica utilidade, deduzido do montante relativo à depreciação e/ou obsolescência funcional, física e económica verificadas.

#### r) Acordos de recompra / revenda

O Banco realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como aplicações de outras instituições de crédito. A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou juros e custos equiparados.

#### s) Impacto do risco climático nas apreciações e estimativas contabilísticas

##### Classificação de empréstimos e obrigações ligados a ESG (ou ligados à sustentabilidade):

Para empréstimos e obrigações com características ligadas à sustentabilidade, o Banco determina se o instrumento passa apenas no teste de pagamentos de capital e juros, considerando se proporcionam uma compensação proporcional para riscos básicos de empréstimo, como o risco de crédito, ou se não introduzem uma compensação por riscos incompatíveis com os mecanismos básicos de concessão de empréstimos. Algumas características podem ser de minimis ou não genuínas. Com base na dimensão da carteira destes produtos detida pelo Banco em 31 de dezembro de 2025, o impacto foi avaliado como irrelevante.

#### Mensuração pelo justo valor

O Banco assumiu que quaisquer variáveis de mudança climática incorporadas na mensuração pelo justo valor são aquelas que os participantes do mercado considerariam ao precificar o activo ou passivo, em conformidade com a IFRS 13 Mensuração pelo Justo Valor. Consequentemente, o Banco concluiu que o risco climático foi adequadamente reflectido no justo valor dos seus activos e passivos. Quando os preços são observáveis, assume-se que o justo valor já incorpora a visão dos participantes do mercado sobre as variáveis de risco climático. Nos casos em que tenha sido utilizado um método de avaliação por substituição para preços não observáveis, a selecção do substituto inclui a consideração dos factores de risco climático, se for caso disso.

#### t) Eventos subsequentes

Se o Banco receber informação resultante de acontecimentos ocorridos após o período de relato, mas antes da data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras, relativa a condições existentes no final do período de relato, avaliará se essa informação afecta os montantes reconhecidos nas suas demonstrações financeiras.

O Banco ajustará os montantes reconhecidos nas suas demonstrações financeiras para reflectir quaisquer “eventos ajustáveis” após o período de relato e actualizará as respectivas divulgações relacionadas com essas condições, à luz das novas informações, caso os referidos acontecimentos forneçam prova de condições que existiam na data de balanço.

Relativamente aos “eventos não ajustáveis”, resultantes de acontecimentos após o período de relato (que indicam condições ocorridas após essa data), o Banco não alterará os montantes reconhecidos nas suas demonstrações financeiras, mas divulgará a natureza do evento, que não dá lugar a ajustamento, e uma estimativa do seu impacto financeiro ou, caso aplicável, uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita de forma fiável.

Os eventos subsequentes identificados com referência à data de relato estão divulgados na Nota 45 – Eventos subsequentes.

## 8. Margem financeira

Os juros líquidos apresentam-se como se segue:

	2025	2024
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	1 347 223 015	1 527 846 498
Juros de aplicações em instituições de crédito	1 424 691 156	542 261 339
Juros de activos financeiros ao custo amortizado	555 398 240	910 353 789
<b>Total de juros e rendimentos similares</b>	<b>3 327 312 411</b>	<b>2 980 461 626</b>
<b>Juros e custos similares</b>		
Juros de depósitos de clientes	449 946 547	497 328 708
Juros de dívida subordinada	18 980 321	19 032 511
Juros de depósitos do banco central e outros bancos	869 655	31 640 407
Juros de papel comercial	193 113 861	316 421 139
Juros de passivos de locação	5 949 976	5 745 912
<b>Total de juros e custos similares</b>	<b>668 860 360</b>	<b>870 168 677</b>
<b>Margem Financeira</b>	<b>2 658 452 051</b>	<b>2 110 292 949</b>

O aumento da margem financeira foi impulsionado, uma vez mais, pelo crescimento da carteira de depósitos, particularmente em moeda nacional, apesar de um contexto de redução contínua das taxas de juro. Para este aumento contribuiu, de forma relevante, a diversificação da oferta de produtos e serviços do Banco, o que tem permitido uma maior atracção de contas transacionais. Adicionalmente, o vencimento e a não renovação das emissões de papel comercial também contribuiu para uma redução dos encargos com juros.

Parte significativa da liquidez disponível do Banco foi aplicada em instituições de crédito, designadamente junto do Banco Central, tendo-se verificado em paralelo uma redução da exposição a títulos de dívida soberana, o que permite justificar as variações nas rubricas de rendimentos com juros.

## 9. Rendimentos líquidos de serviços e comissões

Os rendimentos líquidos de serviços e comissões apresentam-se como se segue:

	2025	2024
Serviços bancários prestados	117 040 493	120 482 656
Garantias e cartas de crédito	419 963 102	264 127 200
Transacções com terceiros	93 112 237	79 550 611
Seguros	8 367 760	15 104 780
Outras comissões e serviços	47 913 897	30 452 292
<b>Rendimentos de comissões e serviços</b>	<b>686 397 489</b>	<b>509 717 539</b>
Gastos de comissões e serviços	(271 118 380)	(101 570 419)
<b>Total de rendimento líquido de comissões e serviços</b>	<b>415 279 109</b>	<b>408 147 120</b>

O aumento dos rendimentos de comissões e serviços deve-se, essencialmente, ao crescimento do volume transaccional e actualizações no preço de alguns produtos e serviços, em particular das garantias prestadas a terceiros e das cartas de crédito.

Os gastos com comissões e serviços aumentaram em consonância com o crescimento do negócio. Esta rubrica foi maioritariamente impactada pelo aumento dos encargos com os bancos correspondentes, bem como pelas comissões das garantias corporativas emitidas a favor do Banco pela FMB Capital Holdings.

## 10. Rendimentos em operações cambiais

A rubrica de operações cambiais apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Ganhos em operações cambiais	1 065 596 782	1 436 361 297
Perdas em operações cambiais	(47 703 811)	(340 646 588)
<b>Total de rendimentos em operações cambiais</b>	<b>1 017 892 971</b>	<b>1 095 714 709</b>

## 11. Rendimentos líquidos em activos financeiros ao custo amortizado

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Ganhos na compra e revenda de títulos	16 057 405	4 837 243
Perdas em prémios de emissão	(2 556 770)	(7 805 284)
<b>Total de rendimentos líquidos em activos financeiros ao custo amortizado</b>	<b>13 500 635</b>	<b>(2 968 041)</b>

## 12. Outros resultados de exploração

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Recuperação de créditos	92 967 107	2 257 097
Outros ganhos	9 284 196	1 488 539
<b>Total de outros proveitos de exploração</b>	<b>102 251 303</b>	<b>3 745 636</b>

O aumento verificado na rubrica de Outros proveitos de exploração resultou essencialmente de recuperações de crédito de exposições que foram abatidas em exercícios anteriores.

## 13. Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Remunerações aos trabalhadores	601 135 585	518 839 369
Encargos sociais obrigatórios	15 345 958	14 037 319
Contribuições para o plano de pensões	4 621 783	-
Formação	3 504 798	4 181 182
Outros custos com trabalhadores	12 645 861	6 545 814
<b>Total de gastos com pessoal</b>	<b>637 253 985</b>	<b>543 603 684</b>

O crescimento de gastos com pessoal verificado em 2025, traduz essencialmente os custos acrescidos com a contratação de novos colaboradores, em linha com o crescimento da actividade do Banco.

Os colaboradores distribuem-se nas seguintes categorias profissionais:

	2025	2024
Directores/subdirectores	24	23
Gestores/gerentes	49	47
Analistas/técnicos	45	50
Assistentes	80	60
<b>Total</b>	<b>198</b>	<b>180</b>

## 14. Outros gastos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Manutenção e reparação	107 716 508	88 265 761
Rendas e alugueres	16 506 549	17 985 043
Segurança	5 295 705	10 344 713
Consultoria	34 222 816	36 874 323
Serviços prestados por contrapartes do grupo	127 091 607	141 247 866
Publicidade	30 340 963	16 623 857
Despesas de viagem e de representação	20 513 386	15 578 061
Consumíveis	6 542 010	7 530 256
Outros gastos	118 472 531	90 591 480
<b>Total de outros gastos operacionais</b>	<b>466 702 075</b>	<b>425 041 358</b>

## 15. Depreciações e amortizações do exercício

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Depreciações de activos tangíveis	51 181 543	49 118 640
Depreciação de direito de uso	41 944 996	39 946 135
Amortização de activos intangíveis	26 416 696	14 654 008
<b>Total de depreciações e amortizações</b>	<b>119 543 235</b>	<b>103 718 784</b>

O aumento das amortizações de activos intangíveis verificado no exercício de 2025 decorre, por um lado, do investimento efectuado em novas aplicações informáticas e, por outro, do impacto integral, no exercício em análise, dos investimentos realizados no último trimestre de 2024.

## 16. Perdas por imparidades em activos financeiros

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2025	2024
<b>Imparidades de crédito</b>		
Dotação líquida do exercício	163 416 319	317 330 171
Reversões do exercício	(143 108 648)	(120 422 087)
<b>Total de imparidades de crédito do período</b>	<b>20 307 671</b>	<b>196 908 084</b>
<b>Imparidades de Outros instrumentos financeiros</b>		
Dotação líquida do exercício - outros instrumentos financeiros	24 793 072	85 370 095
Dotação líquida do exercício - disponibilidades	3 397 954	-
Reversões do exercício	(67 683 175)	(24 869 666)
<b>Total de imparidades de outros instrumentos financeiros</b>	<b>(39 492 149)</b>	<b>60 500 428</b>
<b>Total de imparidades de crédito e outros instrumentos financeiros</b>	<b>(19 184 479)</b>	<b>257 408 513</b>

As imparidades de crédito registaram uma redução significativa em 2025, explicada pelo facto de, em 2024, terem ocorrido eventos extraordinários que impactaram o custo reconhecido nesse período, nomeadamente exposições significativas que se encontravam em elevado risco de incumprimento.

Apesar de um agravamento dos parâmetros de cálculo de perdas de crédito esperadas para os instrumentos de dívida soberana, registou-se uma reversão na rubrica de imparidades de outros instrumentos financeiros, essencialmente decorrente de uma redução da exposição do Banco a esta tipologia de instrumentos financeiros.

## 17. Provisões para outros activos financeiros

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2025	2024
<b>Provisões para outros activos financeiros</b>		
Dotação líquida do exercício	376 089 698	11 135 650
Reversões do exercício	-	-
<b>Total de Provisões para outros activos financeiros</b>	<b>376 089 698</b>	<b>11 135 650</b>

O aumento na rubrica de provisões para outros activos financeiros em 2025 decorreu essencialmente de uma situação extraordinária referente a uma garantia bancária reclamada, cujo pagamento se encontrava pendente do desfecho de uma decisão judicial. A exposição em causa foi classificada em outros activos, tendo sido reconhecidas provisões para perdas por imparidade, num montante equivalente à diferença entre o valor da garantia reclamada, e os recursos e colaterais executados do cliente – o montante reconhecido em outros activos representa o direito de regresso da garantia reclamada.

Em Janeiro de 2026, o Banco recebeu a decisão final relativa à garantia bancária em disputa. A deliberação foi favorável à reclamação apresentada, resultando no pagamento integral ao beneficiário, no montante de MZN 673 milhões (equivalente a 10,5 milhões de USD).

## 18. Impostos sobre o rendimento

### 18.1 Imposto sobre o rendimento reconhecido em resultados

	2025	2024
Retenções na fonte a título definitivo	380 175 533	264 892 792
Outros impostos (PEC)	-	(100 000)
Correcção da estimativa do ano anterior	(6 496 778)	1 091 158
Estimativa de imposto corrente	337 611 587	338 767 189
<b>Total impostos correntes</b>	<b>711 290 342</b>	<b>604 651 139</b>
<b>Imposto diferido</b>	<b>(110 782 881)</b>	<b>-</b>
<b>Total de impostos sobre o rendimento reconhecido em resultados</b>	<b>600 507 461</b>	<b>604 651 139</b>

O Banco registou impostos diferidos activos no montante de MZN 110.782.881 relativos a provisões para perdas por imparidade de activos financeiros ao custo amortizado e de outros activos registadas contabilisticamente, cuja dedutibilidade fiscal ocorre apenas no momento da sua efectiva realização ou quando verificadas as condições previstas na legislação fiscal aplicável.

Estas diferenças temporárias dedutíveis originaram impostos diferidos activos, na medida em que o Banco entende que é provável que venha a ter lucros tributáveis futuros, dentro do prazo legal da sua utilização, contra os quais tais diferenças poderão ser utilizadas.

A recuperabilidade dos impostos diferidos será revista periodicamente com base em projecções de resultados tributáveis futuros, sendo ajustada sempre que necessário.

### 18.2 Reconciliação de gastos com impostos

	2025		2024	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
<b>Lucro antes de impostos</b>		<b>2 626 971 555</b>		<b>2 274 402 438</b>
Imposto sobre o rendimento usando a taxa de imposto	32,0%	840 630 898	32,0%	727 687 803
<b>Correcções fiscais</b>				
Encargos não dedutíveis	4,7%	123 404 299	1,8%	41 092 951
Rendimentos dedutíveis	-23,8%	(626 423 609)	-18,9%	(430 013 565)
<b>Tributação</b>		<b>337 611 587</b>		<b>338 767 189</b>
Outros impostos (PEC)				(100 000)
Correcção da estimativa do exercício anterior		(6 496 778)		1 091 158
Rendimentos por impostos diferidos		(110 782 881)		-
IRPC sobre rendimentos de juros de títulos de dívida e outras aplicações - taxa liberatória	20,0%	380 175 533	20,0%	264 892 792
<b>Imposto corrente do exercício</b>	<b>22,9%</b>	<b>600 507 461</b>	<b>26,6%</b>	<b>604 651 139</b>

### 18.3 Reconciliação de imposto a pagar

	2025	2024
Estimativa de imposto do exercício	337 611 587	338 767 189
Pagamentos por conta	(265 816 329)	(346 881 981)
<b>Imposto a pagar (recuperar)</b>	<b>71 795 258</b>	<b>(8 114 792)</b>

## 19. Caixa e disponibilidades no Banco Central

A rubrica de caixa e disponibilidades no Banco Central apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Disponibilidades no Banco Central	7 894 586 362	7 256 875 548
Caixa	105 180 639	78 010 884
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>7 999 767 001</b>	<b>7 334 886 432</b>
Reservas obrigatórias	(7 943 231 796)	(7 201 014 591)
<b>Disponibilidades líquidas de reservas obrigatórias</b>	<b>56 535 205</b>	<b>133 871 841</b>

Parte dos saldos existentes junto do Banco de Moçambique estão em conformidade com as exigências do Banco Central para constituição de reservas obrigatórias. Em 31 de Dezembro de 2025, o montante das reservas mínimas obrigatórias ascendia a 7.943.231.796 MZN (7.201.014.591 MZN em 2024).

À data de reporte, os coeficientes de Reservas Obrigatórias eram de 29,0% para passivos em moeda nacional e 29,5% para passivos em moeda estrangeira.

Estas reservas não são remuneradas e não são consideradas como parte de caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa (Nota 40).

## 20. Disponibilidades em instituições de crédito

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país	34 584 908	713 884
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro	171 489 927	476 852 966
<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito</b>	<b>206 074 835</b>	<b>477 566 850</b>

## 21. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Aplicações em outras instituições de crédito	20 085 676 417	6 229 749 908
Imparidade acumulada	(10 402)	(10 402)
<b>Aplicações em outras instituições de crédito</b>	<b>20 085 666 015</b>	<b>6 229 739 506</b>
Mercado monetário interbancário	16 500 000 139	3 000 000 298
Depósitos a prazo em instituições de crédito no país	752 172 874	842 172 114
Depósitos a prazo em instituições de crédito no estrangeiro	2 823 553 828	2 383 961 250
Juros a receber de aplicações em instituições de crédito	9 949 576	3 616 246
<b>Total de aplicações em instituições de crédito líquidas de imparidades</b>	<b>20 085 676 417</b>	<b>6 229 749 908</b>
Imparidade acumulada	(10 402)	(10 402)
<b>Total de aplicações em instituições de crédito líquidas de imparidades</b>	<b>20 085 666 015</b>	<b>6 229 739 506</b>

O aumento significativo das aplicações no mercado monetário interbancário resultou de um aumento de liquidez decorrente do crescimento dos depósitos de clientes, bem como a transferência de liquidez anteriormente aplicada em instrumentos de dívida pública.

A análise do movimento da imparidade acumulada é como se segue:

	2025	2024
Saldo inicial	10 402	10 402
Imparidade do exercício	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>10 402</b>	<b>10 402</b>

## 22. Activos financeiros ao custo amortizado

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2025	2024
<b>Activos financeiros ao custo amortizado</b>		
Bilhetes de tesouro	570 146 271	8 259 959 220
Obrigações de tesouro	-	622 681 834
<b>Total, antes das imparidades</b>	<b>570 146 271</b>	<b>8 882 641 054</b>
Imparidade acumulada	(33 519 432)	(73 011 582)
<b>Total de investimentos no mercado monetário</b>	<b>536 626 839</b>	<b>8 809 629 472</b>
<b>Movimento durante o ano</b>		
<b>Valor Bruto</b>		
Saldo a 1 de Janeiro	8 882 641 054	1 424 473 270
Incremento (redução) do período	(8 312 494 783)	7 458 167 784
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>570 146 271</b>	<b>8 882 641 054</b>
<b>Imparidades</b>		
Saldo a 1 de Janeiro	(73 011 582)	(12 511 154)
Incremento/reversão do período	39 492 150	(60 500 428)
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>(33 519 432)</b>	<b>(73 011 582)</b>
<b>Total de investimentos no mercado monetário</b>	<b>536 626 839</b>	<b>8 809 629 472</b>

Em 2025, verificou-se uma redução da carteira de activos financeiros ao custo amortizado na sequência de uma redução gradual da exposição do Banco a instrumentos financeiros de dívida soberana, num contexto de agravamento do risco de crédito associado a estes instrumentos ao longo do ano, e uma maior necessidade de assegurar a preservação de níveis elevados de liquidez e solvabilidade, num ambiente de mercado mais incerto. Informação complementar na nota 44 (gestão de risco).

Neste contexto, e apesar de um aumento dos parâmetros de cálculo de perdas de crédito esperadas (ECLs) decorrente da deterioração do rating da dívida pública moçambicana, verificou-se uma redução das imparidades acumuladas associadas a estes instrumentos, em linha com a redução da carteira.

## 23. Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2025	2024
Saldo de Abertura	6 327 548	6 327 548
Variação de justo valor	-	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>6 327 548</b>	<b>6 327 548</b>

Os activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral referem-se às acções detidas pelo Banco na SIMO – Sociedade Interbancária de Moçambique, S.A., uma empresa financeira responsável pela compensação de valores.

Dado que não existe um mercado activo no qual pode ser determinado o justo valor de activos semelhantes, este investimento financeiro foi mensurado ao custo. Além disso, toda a informação relevante disponível à data do balanço indica que não há evidência objectiva que poderia levar a concluir que o activo financeiro esteja em imparidade e, como tal, nenhuma imparidade foi constituída.

## 24. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Empréstimos e adiantamentos a clientes foram mensurados ao custo amortizado e apresenta-se como segue:

	2025	2024
<b>Composição de crédito e adiantamentos a clientes</b>		
Empréstimos a prazo	4 219 523 726	4 506 156 031
Crédito à habitação	32 092 096	65 749 751
Descobertos	1 837 918 425	1 630 284 586
<b>Crédito e adiantamentos a clientes</b>	<b>6 089 534 247</b>	<b>6 202 190 368</b>
Menos: imparidade de crédito	(228 110 778)	(263 810 099)
<b>Exposição líquida de imparidades</b>	<b>5 861 423 469</b>	<b>5 938 380 269</b>
<b>Análise por maturidade</b>		
Até 3 meses	960 682 303	2 792 597 828
Entre 3 e 12 meses	1 966 779 712	296 770 779
Acima de 12 meses	2 933 961 454	2 849 011 662
<b>Crédito e adiantamentos a clientes</b>	<b>5 861 423 469</b>	<b>5 938 380 269</b>

	2025	2024
<b>Análise por situação</b>		
<b>Crédito</b>		
Carteira vencida	4 234 144 635	4 578 411 990
Carteira vencida	148 151 336	157 016 802
<b>Descobertos bancários</b>		
Carteira vencida	1 806 001 342	1 623 157 435
Carteira vencida	28 804 288	7 395 384
Juros a receber	16 078 848	39 390 590
Comissões diferidas	(143 646 202)	(203 181 835)
<b>Crédito e adiantamentos a clientes</b>	<b>6 089 534 247</b>	<b>6 202 190 367</b>
Imparidade acumulada	(228 110 778)	(263 810 099)
<b>Crédito e adiantamentos a clientes</b>	<b>5 861 423 469</b>	<b>5 938 380 268</b>

	2025	2024
<b>Análise por segmento</b>		
<b>Crédito a empresas</b>		
Crédito	3 761 340 373	3 931 255 164
Imparidade	(75 494 518)	(86 982 917)
<b>Exposição</b>	<b>3 685 845 855</b>	<b>3 844 272 247</b>
<b>Crédito a particulares</b>		
Crédito	2 455 761 227	2 434 726 449
Imparidade	(152 616 259)	(176 827 182)
<b>Exposição</b>	<b>2 303 144 968</b>	<b>2 257 899 267</b>
Juros a receber	16 078 848	39 390 590
Comissões diferidas	(143 646 202)	(203 181 835)
<b>Crédito e adiantamentos a clientes</b>	<b>5 861 423 469</b>	<b>5 938 380 268</b>

	2025	2024
<b>Movimento de imparidade</b>		
Saldo de abertura	263 810 099	226 282 635
Imparidade do exercício (nota 16)	20 307 671	196 908 084
Utilização	(56 006 991)	(159 380 620)
<b>Saldo final</b>	<b>228 110 778</b>	<b>263 810 099</b>

No que respeita à utilização da imparidade de balanço, trata-se da anulação de processos de crédito com imparidade a 100%, cuja movimentação contabilística não passa pela demonstração de resultados (*write-off*).

## 25. Outros activos

O detalhe da rubrica de outros activos apresenta-se como segue:

	2025	2024
Custos diferidos	28 641 789	24 502 274
Direito de regresso de garantia reclamada	673 291 850	-
Outros valores a receber	206 808 121	372 187 922
<b>Saldo bruto</b>	<b>908 741 760</b>	<b>396 690 196</b>
Imparidades/provisões (nota 17)	(314 822 029)	-
<b>Total de outros activos líquidos de imparidades</b>	<b>593 919 731</b>	<b>396 690 196</b>
Correntes	593 919 731	396 690 196
Não correntes	-	-
<b>Total de outros activos</b>	<b>593 919 731</b>	<b>396 690 196</b>

A variação positiva desta rubrica resulta do reconhecimento do montante a receber de um cliente, na sequência de uma reclamação relativa a uma garantia bancária prestada a um terceiro, a qual, à data de reporte, ainda se encontrava em litígio judicial. A referida reclamação foi resolvida mediante o pagamento integral do valor da garantia em Janeiro de 2026, após a conclusão do processo judicial.

## 26. Activos tangíveis

O movimento nos activos tangíveis apresenta-se como segue:

2025	Obras em edifícios arrendados	Viaturas	Equipamentos, Ferramentas e utensílios	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo</b>					
Saldo de abertura	187 964 218	39 164 925	167 171 110	510 401	394 810 654
Adições	7 749 358	2 887 176	23 928 482	387 793 183	422 358 199
Abates	(359 196)	-	(1 301 284)	-	(1 660 480)
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>195 354 380</b>	<b>42 052 101</b>	<b>189 798 308</b>	<b>388 303 583</b>	<b>815 508 372</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Saldo de abertura	(81 599 826)	(28 144 736)	(88 557 253)	-	(198 301 815)
Depreciações do período	(19 356 517)	(4 438 903)	(27 386 123)	-	(51 181 543)
Revertidas em abates	104 196	-	945 020	-	1 049 216
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>(100 852 147)</b>	<b>(32 583 639)</b>	<b>(114 998 356)</b>	<b>-</b>	<b>(248 434 142)</b>
<b>Activos tangíveis líquidos</b>	<b>94 502 232</b>	<b>9 468 462</b>	<b>74 799 952</b>	<b>388 303 583</b>	<b>567 074 230</b>

**Parceiros estratégicos para o crescimento do seu negócio**  
Strategic partners in your business growth journey

Botswana • Malawi • Moçambique • Zambia • Zimbábue

**Primeiro, acreditar.**

2024	Obras em edifícios arrendados	Viaturas	Equipamentos, Ferramentas e utensílios	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo</b>					
Saldo a 1 de Janeiro	186 345 242	32 552 425	145 240 100	10 311 237	374 449 004
Adições	2 190 985	7 800 000	9 914 974	29 587 373	49 493 333
Abates	(10 346 227)	(1 187 500)	(17 416 920)	(181 037)	(29 131 684)
Transferências	9 774 217	-	29 432 956	(39 207 172)	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>187 964 218</b>	<b>39 164 925</b>	<b>167 171 110</b>	<b>510 401</b>	<b>394 810 654</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Saldo a 1 de Janeiro	(69 320 386)	(24 306 835)	(78 872 209)	-	(172 499 429)
Depreciações do período	(19 494 341)	(5 025 401)	(24 598 898)	-	(49 118 640)
Revertidas em abates	7 214 901	1 187 500	14 913 854	-	23 316 255
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>(81 599 826)</b>	<b>(28 144 736)</b>	<b>(88 557 253)</b>	<b>-</b>	<b>(198 301 815)</b>
<b>Activos tangíveis líquidos</b>	<b>106 364 392</b>	<b>11 020 189</b>	<b>78 613 857</b>	<b>510 401</b>	<b>196 508 839</b>

Em 2025, as adições registadas nas rubricas de obras em edifícios arrendados e de equipamento foram maioritariamente influenciadas pelas intervenções de melhoria e reposição efectuadas na agência da Machava, na sequência dos actos de vandalização ocorridos no contexto das manifestações pós-eleitorais. Verificou-se, igualmente, um acréscimo significativo na rubrica de imobilizado em curso, decorrente do início do projecto de construção do novo edifício-sede, cujos trabalhos tiveram início durante o exercício de 2025.

### 27. Activos sob direito de uso e Passivos de locação

O movimento nos activos sob direito de uso apresenta-se como segue:

	2025	2024
<b>Activos</b>		
Saldo de abertura	80 934 465	78 797 027
Adições	30 776 579	42 083 573
Depreciações do período	(41 944 996)	(39 946 135)
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>69 766 048</b>	<b>80 934 465</b>
<b>Passivos</b>		
Inferiores a 1 ano	20 135 199	27 681 972
Entre 1 e 5 anos	55 268 879	55 746 133
Superiores a 5 anos	-	1 705 759
<b>Cashflows contratuais a 31 de Dezembro</b>	<b>75 404 079</b>	<b>85 133 863</b>
Correntes	20 135 199	27 681 972
Não correntes	55 268 879	57 451 892
	<b>75 404 079</b>	<b>85 133 864</b>
<b>Montantes reconhecidos na demonstração de resultados</b>		
Juros	5 949 976	5 745 912
	<b>5 949 976</b>	<b>5 745 912</b>

Parte do valor registado na rubrica de "adições" em 2025 reflecte o direito de uso decorrente das renovações dos contratos da Sede e do balcão da Machava (MZN 30 milhões).

### 28. Activos intangíveis

O movimento nos activos intangíveis apresenta-se como segue:

2025	Saldo de abertura	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Saldo de fecho
<b>Custo</b>					
Software	164 749 508	24 268 851	-	23 550 786	212 569 145
Investimentos em curso	18 552 246	29 193 472	-	(23 550 786)	24 194 932
<b>Total</b>	<b>183 301 753</b>	<b>53 462 323</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>236 764 077</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>					
Software	(120 852 139)	(26 416 696)	-	-	(147 268 835)
<b>Activos intangíveis líquidos</b>	<b>62 449 614</b>	<b>27 045 627</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>89 495 242</b>

2024	Saldo de abertura	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Saldo de fecho
<b>Custo</b>					
Software	128 422 149	36 327 360	(9 818 896)	9 818 896	164 749 510
Investimentos em curso	7 193 709	24 829 121	(3 651 689)	(9 818 896)	18 552 246
<b>Total</b>	<b>135 615 859</b>	<b>61 156 482</b>	<b>(13 470 585)</b>	<b>-</b>	<b>183 301 756</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>					
Software	(106 198 131)	(14 654 008)	-	-	(120 852 139)
<b>Activos intangíveis líquidos</b>	<b>29 417 727</b>	<b>46 502 473</b>	<b>(13 470 585)</b>	<b>-</b>	<b>62 449 617</b>

Os activos intangíveis correspondem essencialmente aos custos de aquisição, líquidos de amortizações acumuladas e imparidades, de aplicações informáticas e licenças de utilização de software.

### 29. Activos e passivos por impostos correntes

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2025		2024	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Retenções na fonte de IRPC	27 613 854	-	27 613 854	-
Retenções na fonte (acrécimo de juros de títulos)	-	8 838 668	-	98 828 779
IRPC a recuperar do exercício anterior	14 611 569	-	-	-
Pagamentos por conta	265 816 329	-	346 881 980	-
Estimativa do imposto do exercício	-	337 611 587	(338 767 189)	-
<b>Total</b>	<b>308 041 752</b>	<b>346 450 255</b>	<b>35 728 645</b>	<b>98 828 779</b>

O imposto a pagar resulta da diferença entre a estimativa de imposto, o imposto retido a título definitivo e os pagamentos por conta efectuados. O valor das retenções na fonte respeita às retenções efectuadas por terceiros sobre juros de aplicações em outras instituições de crédito e juros provenientes de títulos. O Banco solicitou a emissão da Nota de Crédito respeitante ao imposto a recuperar de 2024 e a Autoridade Tributária deferiu em Dezembro de 2025.

### 30. Activos por impostos diferidos

Esta rubrica apresenta-se como segue:

2025	Saldo de abertura	Dotações	Saldo de fecho
<b>Activos por impostos diferidos</b>			
Imparidades de outros instrumentos financeiros	-	10 726 218	10 726 218
Provisões de outros activos financeiros	-	100 056 663	100 056 663
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>110 782 881</b>	<b>110 782 881</b>

2024	Saldo de abertura	Dotações	Saldo de fecho
<b>Activos por impostos diferidos</b>			
Imparidades de outros instrumentos financeiros	-	-	-
Provisões de outros activos financeiros	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 31. Recursos de instituições de crédito

Os recursos de instituições de crédito apresentam-se como segue:

	2025	2024
Bancos estrangeiros	1 406 870 279	1 014 103 531
Bancos nacionais	3 747 254	-
Juros a pagar	-	4 577 358
<b>Total de recursos de outras instituições de crédito</b>	<b>1 410 617 533</b>	<b>1 018 680 889</b>

### 32. Depósitos de clientes

A rubrica de depósitos de clientes por moeda é analisada como segue:

	2025	2024
Moeda nacional	23 551 175 029	15 733 546 661
Moeda estrangeira	3 177 769 670	4 404 583 026
<b>Total de depósitos de clientes</b>	<b>26 728 944 699</b>	<b>20 138 129 687</b>

A rubrica de depósitos de clientes por maturidade é analisada como segue:

	2025	2024
Correntes	16 600 676 877	13 515 607 928
Inferior a 3 meses	6 497 277 174	3 479 432 602
De 3 meses a 2 meses	3 445 651 648	2 893 250 157
De 1 a 5 anos	185 339 000	249 839 000
<b>Total de depósitos de clientes</b>	<b>26 728 944 699</b>	<b>20 138 129 687</b>

A rubrica de depósitos de clientes por tipo de conta é analisada como segue:

	2025	2024
À ordem	16 501 387 413	13 373 037 163
A prazo	10 128 267 822	6 622 521 759
Contas poupança	58 661 210	66 885 238
Juros a pagar	40 628 254	75 685 527
<b>Total de depósitos de clientes</b>	<b>26 728 944 699</b>	<b>20 138 129 687</b>

### 33. Responsabilidades representadas por títulos

A 31 de Dezembro de 2025, o valor nominal e o acréscimo de juros das Responsabilidades representadas por títulos apresentavam-se como se segue:

	2025	2024
Valor nominal	-	2 971 000 000
Acrécimos de juros	-	47 423 639
<b>Papel comercial</b>	<b>-</b>	<b>3 018 423 639</b>

A variação verificada na rubrica resulta do vencimento e não renovação das emissões de papel comercial anteriormente emitidas.

### 34. Empréstimos subordinados

A rubrica de empréstimos subordinados apresenta-se como segue:

	2025	2024
Saldo de abertura	220 077 281	219 990 128
Efeitos de reavaliação cambial	-	87 153
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>220 077 281</b>	<b>220 077 281</b>

**First Capital**  
BANK

**Parceiros estratégicos para o crescimento do seu negócio**

Primeiro, acreditar.

Botswana • Malawi • Moçambique • Zâmbia • Zimbábue

## 35. Provisões

O movimento das provisões apresenta-se como se segue:

	2025	2024
<b>Provisões</b>		
<b>Provisões para garantias bancárias prestadas e créditos documentários</b>		
Saldo de abertura	32 345 753	26 948 599
Provisão do exercício garantias e créditos documentários	63 019 548	13 332 861
Reversões garantias bancárias e créditos documentários	(1 320 179)	(7 935 707)
<b>Total provisões para garantias bancárias prestadas e créditos documentários</b>	<b>94 045 122</b>	<b>32 345 753</b>
<b>Provisões para contingências legais</b>		
Saldo de abertura	30 495 981	29 097 796
Provisão do exercício para contingências legais	-	1 398 185
Reversões do exercício para contingências legais	-	-
<b>Total provisões para contingências legais</b>	<b>30 495 981</b>	<b>30 495 981</b>
<b>Outras provisões</b>		
Saldo de abertura	46 889	2 500 000
Outras provisões do exercício	(46 889)	42 870
Utilização	-	(2 495 981)
<b>Total outras provisões</b>	<b>-</b>	<b>46 889</b>
<b>Total Provisões</b>	<b>124 541 103</b>	<b>62 888 623</b>

As provisões para garantias prestadas e créditos documentários correspondem às perdas de crédito esperadas, calculadas conforme os requisitos da IFRS 9.

A variação na rubrica de outras provisões resulta de provisões criadas na sequência de uma reclamação durante o exercício de uma garantia bancária prestada e que não se encontrava ainda liquidada a 31 de Dezembro de 2025. A provisão constituída corresponde à diferença entre o montante total reclamado e os recursos disponíveis do cliente à data de reporte. Subsequentemente ao fecho do exercício, a referida reclamação foi integralmente liquidada em Janeiro de 2026.

## 36. Outros passivos

Esta rubrica apresenta a seguinte estrutura:

	2025	2024
Acréscimos de gastos	319 124 765	254 627 418
Estado	49 043 441	45 385 814
Dividendos declarados, não pagos	667 749 297	-
Garantias reclamadas, não pagas	673 291 850	-
Contas de regularização	300 038 431	465 697 783
<b>Total de outros passivos</b>	<b>2 009 247 785</b>	<b>765 711 015</b>

A variação da rubrica de Outros passivos resulta essencialmente do registo dos dividendos declarados referentes ao exercício de 2024 que ainda não tinham sido pagos à data de reporte, no valor de MZN 667.749.297, e o montante a pagar relativamente a uma garantia reclamada que não se encontrava ainda paga no final do exercício, no valor de MZN 673.291.850.

Os Acréscimos de gastos incluem essencialmente gastos com comissões de garantias prestadas ao Banco, que à data de reporte se encontravam por pagar, e encargos com o pessoal.

As contas a pagar ao Estado encontram-se desagregadas abaixo:

	2025	2024
IRPS	19 576 281	38 083 850
Imposto de selo	21 131 048	4 466 070
INSS	2 308 157	2 001 881
IVA	6 027 956	834 014
<b>Total de outras contas a pagar ao Estado</b>	<b>49 043 442</b>	<b>45 385 815</b>

## 37. Capital Social

O capital social do Banco é representado por 17.000.000 de acções, de valor nominal de 100 Meticais cada e encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A estrutura accionista a 31 de Dezembro de 2025 apresenta-se como se segue:

2025	Nº de acções	Montante (MZN)	% participação
FMB Capital Holding, Plc	13 600 000	1 360 000 000	80%
Premier Capital	2 550 000	255 000 000	15%
Prime Bank	850 000	85 000 000	5%
<b>Total</b>	<b>17 000 000</b>	<b>1 700 000 000</b>	<b>100%</b>

2024	Nº de acções	Montante (MZN)	% participação
FMB Capital Holding, Plc	13 600 000	1 360 000 000	80%
Premier Capital	2 550 000	255 000 000	15%
Prime Bank	850 000	85 000 000	5%
<b>Total</b>	<b>17 000 000</b>	<b>1 700 000 000</b>	<b>100%</b>

## 38. Reservas

### Reserva legal

Nos termos da legislação moçambicana em vigor na data de aprovação das contas, o Banco deve alocar anualmente, pelo menos, 30% dos seus lucros líquidos auditados, para efeitos de constituição de uma reserva legal, até que esta seja igual ou superior ao valor do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída, mas pode ser utilizada para cobrir prejuízos ou aumentar o capital social.

	2025	2024
Saldo de abertura	669 028 719	301 330 426
Dotação do período	500 811 973	367 698 293
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>1 169 840 692</b>	<b>669 028 719</b>

A dotação do período foi de MZN 500.811.973 Meticais, correspondentes a 30% do resultado líquido de 2024.

## 39. Itens não representativos de caixa incluídos nos (prejuízos)/lucros antes de impostos

As reservas apresentam-se como se segue:

	2025	2024
Depreciações e amortizações líquidas de abates (nota 15)	119 543 235	103 718 783
Imparidade de crédito (nota 16)	20 307 671	196 908 084
Provisões para garantias bancárias prestadas e créditos documentários (nota 35)	61 652 480	11 135 650
Perdas por imparidade de outros activos (notas 16 e 17)	336 597 549	60 500 428
<b>Total</b>	<b>538 100 935</b>	<b>372 262 946</b>

## 40. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresenta-se como segue:

	2025	2024
Caixa e disponibilidades no Banco Central (nota 19)	7 999 767 001	7 334 886 432
Reservas obrigatórias	(7 943 231 796)	(7 201 014 591)
Disponibilidades em instituições de crédito	206 074 835	477 566 850
Aplicações em instituições de crédito	20 085 666 015	6 229 739 506
Colaterais que expiram após 90 dias	(37 929 697)	(55 921 250)
<b>Total de Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>20 310 346 358</b>	<b>6 785 256 946</b>

Para efeitos de fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa exclui as disponibilidades no Banco Central referentes às reservas obrigatórias, que representavam MZN 7.943.231.796 em 2025 e MZN 7.201.014.591 em 2024.

## 41. Instrumentos financeiros

### 41.1 Classificação dos instrumentos

2025	Activos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total
<b>Activos financeiros</b>				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	7 999 767 001	-	-	7 999 767 001
Disponibilidades em instituições de crédito	206 074 835	-	-	206 074 835
Aplicações em instituições de crédito	20 085 666 015	-	-	20 085 666 015
Activos financeiros ao custo amortizado	536 626 839	-	-	536 626 839
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5 861 423 469	-	-	5 861 423 469
Acordos de recompra	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	-	6 327 548	-	6 327 548
Outros activos	593 919 731	-	-	593 919 731
<b>Total do activo</b>	<b>35 283 477 890</b>	<b>6 327 548</b>	<b>-</b>	<b>35 289 805 438</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	1 410 617 533	1 410 617 533
Depósitos de clientes	-	-	26 728 944 699	26 728 944 699
Passivos de locação	-	-	75 404 079	75 404 079
Outros passivos	-	-	2 009 247 785	2 009 247 785
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-
Dívida subordinada	-	-	220 077 281	220 077 281
<b>Total do passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30 444 291 376</b>	<b>30 444 291 376</b>
<b>Extrapatrimoniais</b>				
Garantias	5 930 308 626	-	-	5 930 308 626
Cartas de crédito	3 311 681 148	-	-	3 311 681 148
Facilidades não utilizadas	-	-	1 802 157 395	1 802 157 395
<b>Total Extrapatrimoniais</b>	<b>9 241 989 774</b>	<b>-</b>	<b>1 802 157 395</b>	<b>11 044 147 169</b>

2025	Activos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total
<b>Activos financeiros</b>				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	7 999 767 001	-	-	7 999 767 001
Disponibilidades em instituições de crédito	206 074 835	-	-	206 074 835
Aplicações em instituições de crédito	20 085 666 015	-	-	20 085 666 015
Activos financeiros ao custo amortizado	536 626 839	-	-	536 626 839
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5 861 423 469	-	-	5 861 423 469
Acordos de recompra	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	-	6 327 548	-	6 327 548
Outros activos	593 919 731	-	-	593 919 731
<b>Total do activo</b>	<b>35 283 477 891</b>	<b>6 327 548</b>	<b>-</b>	<b>35 289 805 439</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	1 410 617 533	1 410 617 533
Depósitos de clientes	-	-	26 728 944 699	26 728 944 699
Passivos de locação	-	-	75 404 079	75 404 079
Outros passivos	-	-	2 009 247 785	2 009 247 785
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-
Dívida subordinada	-	-	220 077 281	220 077 281
<b>Total do passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30 444 291 376</b>	<b>30 444 291 376</b>
<b>Extrapatrimoniais</b>				
Garantias	5 930 308 626	-	-	5 930 308 626
Cartas de crédito	3 311 681 148	-	-	3 311 681 148
Facilidades não utilizadas	-	-	1 802 157 395	1 802 157 395
<b>Total Extrapatrimoniais</b>	<b>9 241 989 774</b>	<b>-</b>	<b>1 802 157 395</b>	<b>11 044 147 169</b>

**Determinação da hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros**

O Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

**Nível 1:** Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos identificáveis.

**Nível 2:** Outras técnicas de valorização cujos inputs, que apresentam um impacto significativo na determinação do justo valor, estão associados a informação observável no mercado, quer directa, quer indirectamente.

**Nível 3:** Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Os quadros a seguir mostram a análise dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor por nível de hierarquia:

2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Activos financeiros</b>				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	7 999 767 001	-	-	7 999 767 001
Disponibilidades em instituições de crédito	206 074 835	-	-	206 074 835
Aplicações em instituições de crédito	20 085 666 015	-	-	20 085 666 015
Activos financeiros ao custo amortizado	-	-	536 626 839	536 626 839
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	5 861 423 469	5 861 423 469
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	-	-	6 327 548	6 327 548
Outros activos	-	-	593 919 731	593 919 731
<b>Total activos financeiros</b>	<b>28 291 507 852</b>	-	<b>6 998 297 586</b>	<b>35 289 805 438</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	1 410 617 533	1 410 617 533
Depósitos de clientes	-	-	26 728 944 699	26 728 944 699
Passivos de locação	-	-	75 404 079	75 404 079
Outros passivos	-	-	2 009 247 785	2 009 247 785
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-
Empréstimos subordinados	-	-	220 077 281	220 077 281
<b>Total passivos financeiros</b>	-	-	<b>30 444 291 376</b>	<b>30 444 291 376</b>

2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Activos financeiros</b>				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	7 334 886 432	-	-	7 334 886 432
Disponibilidades em instituições de crédito	477 566 850	-	-	477 566 850
Aplicações em instituições de crédito	6 229 739 506	-	-	6 229 739 506
Activos financeiros ao custo amortizado	-	-	8 809 629 472	8 809 629 472
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	5 938 380 268	5 938 380 268
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	-	-	-	-
Outros activos	-	-	778 639 310	778 639 310
<b>Total activos financeiros</b>	<b>14 042 192 788</b>	-	<b>15 526 649 050</b>	<b>29 568 841 838</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Recursos de outras instituições de crédito	-	1 018 680 889	-	1 018 680 889
Depósitos de clientes	-	20 138 129 687	-	20 138 129 687
Passivos de locação	-	85 133 864	-	85 133 864
Outros passivos	-	927 428 416	-	927 428 416
Responsabilidades representadas por títulos	-	3 018 423 639	-	3 018 423 639
Empréstimos subordinados	-	220 077 281	-	220 077 281
<b>Total passivos financeiros</b>	-	<b>25 407 873 775</b>	-	<b>25 407 873 775</b>

O Conselho de Administração considera que todos os instrumentos financeiros, excepto empréstimos e adiantamentos a clientes, se aproximam do seu justo valor, devido ao curto prazo das suas maturidades. O justo valor dos activos e passivos financeiros corresponde ao montante pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transacção corrente entre partes interessadas, excepto em casos de venda forçada ou de liquidação.

**42. Partes relacionadas**

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

**42.1 Ganhos e despesas suportadas**

Identificação da parte relacionada	Relação	Natureza da transacção	2025	2024
<b>Ganhos reconhecidos</b>				
First Capital Bank Botswana	Empresa do grupo	Juros sobre empréstimos concedidos	10 450 124	2 861 187
First Capital Bank Zambia	Empresa do grupo	Juros sobre empréstimos concedidos	2 637 621	-
First Capital Bank Malawi	Empresa do grupo	Juros sobre empréstimos concedidos	30 180	-
<b>Total de Ganhos reconhecidos</b>			<b>13 117 925</b>	<b>2 861 187</b>
<b>Despesas suportadas</b>				
FMB, Capital Holdings	Accionista	Juros pagos sobre empréstimos	18 981 270	19 032 511
FMB, Capital Holdings	Accionista	Serviços partilhados	89 848 417	106 784 751
FCSSL	Empresa do grupo	Serviços partilhados	37 661 107	34 463 115
First Capital Bank Botswana	Empresa do grupo	Juros pagos sobre empréstimos	6 026 181	6 015 529
First Capital Bank Botswana	Empresa do grupo	Comissões	-	5 421 677
First Capital Bank Malawi	Empresa do grupo	Comissões	37 281	2 728 032
FMB, Capital Holdings	Accionista	Comissões	83 661 517	-
First Capital Bank Zimbabwe	Empresa do grupo	Juros pagos sobre empréstimos	-	3 891 054
First Capital Bank Malawi	Empresa do grupo	Juros pagos sobre empréstimos	-	18 033 405
<b>Total de despesas suportadas</b>			<b>236 215 773</b>	<b>196 370 074</b>

**42.2 Activos e Passivos**

Identificação da parte relacionada	Relação	Natureza da transacção	2025	2024
<b>Activos</b>				
First Capital Bank Botswana	Empresa do grupo	Aplicações em outras instituições de crédito	511 328 288	-
First Capital Bank Zambia	Empresa do grupo	Redébito de despesas	113 089	-
FCSSL	Empresa do grupo	Redébito de despesas	107 624	-
FMB Capital Holdings, Plc	Accionista	Redébito de despesas	2 412 740	-
<b>Total de activos</b>			<b>513 961 741</b>	-
<b>Passivos</b>				
FMB Capital Holdings, Plc	Accionista	Acréscimo de serviços partilhados	8 940 945	46 687 022
FCSSL	Empresa do grupo	Acréscimo de serviços partilhados	3 094 139	5 952 833
First Capital Bank Malawi	Empresa do grupo	Recursos de outras instituições	1 638 737	2 470 023
FMB Capital Holdings, Plc	Accionista	Dívida subordinada	220 024 555	220 024 555
First Capital Bank Botswana	Empresa do grupo	Recursos de outras instituições	-	511 393 618
FMB Capital Holdings, Plc	Accionista	Conta corrente em MZN	28	2 643 652
Premier Capital Mauritius	Accionista	Conta corrente em MZN	321 112	322 274
Prime Bank, Quenia	Accionista	Conta corrente em MZN	156 817	157 980
<b>Total de passivos</b>			<b>234 176 332</b>	<b>789 651 957</b>

**42.3. Pessoas chave de gestão**

O pessoal-chave da gestão é composto pelas pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direcção e controlo das actividades do Banco, seja directa ou indirectamente. Isso inclui todos os administradores da empresa e da sua empresa-mãe, bem como os membros da comissão executiva que não são administradores.

	2025	2024
Comissão executiva	124 937 951	120 260 667
Pessoal chave de gestão	153 312 719	124 443 372
Administradores não executivos	10 941 938	10 537 275
<b>Total de remunerações</b>	<b>289 192 608</b>	<b>255 241 314</b>
<b>Gestão sénior</b>		
<b>Empréstimos</b>		
Saldo de abertura	44 741 853	45 562 343
Variações resultantes de alterações na estrutura de gestão	8 365 434	2 381 750
Variação líquida de empréstimos no período	(7 561 382)	(3 202 240)
<b>Saldo final</b>	<b>45 545 905</b>	<b>44 741 853</b>
Juros sobre os empréstimos	128 718	137 923
<b>Depósitos</b>		
Saldo de abertura	5 189 874	7 781 366
Variações resultantes de alterações na estrutura de gestão	3 001 499	(253 391)
Variação líquida de empréstimos no período	3 266 181	(2 338 101)
<b>Saldo final</b>	<b>11 457 553</b>	<b>5 189 874</b>
<b>Órgãos sociais directa ou indirectamente relacionados com os administradores</b>		
<b>Depósitos</b>		
Saldo de abertura	8 222 392	20 202 544
Variações resultantes de alterações na estrutura de gestão	1 198 254	(12 016 932)
	-	36 780
<b>Saldo final</b>	<b>9 420 646</b>	<b>8 222 392</b>
<b>Juros a pagar</b>	<b>1 007</b>	<b>963</b>

**43. Contingências e compromissos**

	2025	2024
Cartas de crédito	3 311 681 148	2 327 370 242
Garantias prestadas	5 930 308 626	7 436 437 655
Limites de créditos não utilizados	1 802 157 395	968 571 875
<b>Total de contingências e compromissos</b>	<b>11 044 147 169</b>	<b>10 732 379 773</b>

**44. Gestão de risco, objectivos e políticas**

A gestão de riscos assenta na constante identificação e análise da exposição a diferentes riscos (crédito, mercado, liquidez, operacional e outros), e na execução de estratégias de maximização de resultados face aos riscos, dentro de restrições pré-estabelecidas e devidamente supervisionadas.

A actividade do Banco é exposta a um conjunto de riscos financeiros e essas actividades envolvem a análise, avaliação, aceitação e gestão de determinados graus de risco ou combinação de riscos. O objectivo do Banco é atingir um equilíbrio entre o risco e o retorno financeiro e minimizar os potenciais impactos adversos no seu desempenho financeiro.

Por natureza, a actividade do Banco assenta, essencialmente, na utilização de instrumentos financeiros. O Banco capta depósitos de clientes quer a taxa de juro fixa, quer variável, e procura obter margens de rentabilidade investindo em activos de alta qualidade. O Banco procura aumentar as margens consolidando os fundos de curto prazo e emprestando por períodos mais prolongados a taxas mais elevadas mantendo a liquidez suficiente para fazer face a todos os desembolsos necessários e obrigações que eventualmente ocorram.

As políticas de gestão de risco do Banco estão desenhadas para identificar e analisar esses riscos a fim de estabelecer determinados limites de risco e controlos de monitorização para assegurar a sua aderência aos limites estabelecidos, por meio de sistemas robustos. O Banco revê regularmente as políticas de gestão de risco e sistemas de forma a reflectir as alterações nos mercados, produtos e melhores práticas.

A análise qualitativa da gestão do risco do Banco é apresentada como segue:

**Gestão do risco de crédito**


O comité de crédito do Banco é responsável por gerir o risco de crédito através das seguintes práticas:

- Garantir que o Banco tenha práticas de risco de crédito adequadas, incluindo um sistema eficaz de controlo interno, para determinar de forma consistente as provisões adequadas de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos pelo Banco, IFRS e orientações relevantes de supervisão.
- Identificar, avaliar e medir o risco de crédito do Banco, desde o instrumento individual até ao nível da carteira como um todo.
- Criação de políticas de crédito para proteger o Banco contra os riscos identificados, incluindo os requisitos para obter garantias dos tomadores de empréstimos, para realizar avaliações de crédito contínuas e robustas dos mutuários e monitorar continuamente as exposições em relação aos limites internos de risco.

**Eleve a sua experiência bancária utilizando os nossos canais digitais.**

**Internet Banking**

**Conta Móvel (\*134#)**



**banco em movimento**

**Primeiro, acreditar.**

- Limitar as concentrações de exposição por tipo de activo, contrapartes, indústria, classificação de crédito, localização geográfica, etc.
- Estabelecer uma estrutura de controlo robusta em relação à estrutura de autorização para a aprovação e renovação de linhas de crédito.
- Desenvolver e manter métricas para categorização das exposições de acordo com o grau de risco de incumprimento. As notações de risco estão sujeitas a revisões regulares.
- Desenvolver e manter os processos do Banco para medir as perdas de crédito esperadas (ECL), incluindo o monitoramento de risco de crédito, incorporação de informações prospectivas e o método usado para medir ECL.
- Garantir que o Banco possui políticas e procedimentos para manter e validar adequadamente os modelos usados para avaliar e medir ECL.
- Estabelecer um processo de avaliação contabilística do risco de crédito e para contabilizar a ECL.
- Fornecer aconselhamento, orientação e habilidades especializadas às unidades de negócio para promover as melhores práticas em todo o Banco na gestão do risco de crédito.

A função de auditoria interna realiza auditorias regulares, certificando-se de que os controlos e procedimentos estabelecidos estão adequadamente desenhados e implementados e são eficientes.

### Aumento significativo no risco de crédito

O Banco monitora todos os activos financeiros que estão sujeitos a exigências de imparidades para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco irá mensurar a provisão para perdas esperadas.

### Ratings internos de crédito

As informações de classificação de crédito são baseadas numa série de dados que são determinados como preditivos do risco de incumprimento e da aplicação de julgamento de crédito experiente. A natureza da exposição e o tipo de tomador são considerados na análise. As notações de risco de crédito são definidas usando factores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento.

As classificações de risco de crédito são projectadas e calibradas para reflectir o risco de incumprimento, conforme o risco de crédito se deteriora. Cada exposição é alocada a uma classificação de risco de crédito no reconhecimento inicial, com base nas informações disponíveis sobre a contraparte. Todas as exposições são monitoradas e a notação de risco de crédito é actualizada para reflectir as informações actuais. Os seguintes dados são normalmente usados para monitorar as exposições individuais e numa perspectiva de Grupo económico:

- Registo de pagamentos, incluindo o cumprimento do serviço de dívida e atrasos no cumprimento de obrigações contratuais;
- Extensão da utilização do limite concedido;
- Reestruturação do prazo de pagamento e das condições de crédito;
- Mudanças nas condições comerciais, financeiras e económicas do negócio do cliente ou do sector que opera;
- Informações de rating de crédito fornecidas por agências externas de rating;
- Para exposições de retalho são tidos em consideração o comportamento do cliente, métricas de acessibilidade etc.;
- Para exposições corporativas, é considerada uma revisão periódica do histórico e exposição dos clientes, incluindo revisão de demonstrações financeiras auditadas, dados de mercado, como preços de obrigações cotadas, quando disponíveis, mudanças no sector em que o cliente opera, etc.

O Banco utiliza as classificações de risco de crédito como uma entrada principal na determinação da PD (Probabilidade de incumprimento) para as respectivas exposições. O Banco recolhe informações de desempenho e de incumprimento sobre as suas exposições ao risco de crédito, analisadas por jurisdição ou região e por tipo de produto e mutuário, bem como por classificação de risco de crédito. As fontes de informação utilizadas são internas e externas, dependendo do portfólio avaliado.

### Incorporação de informações prospectivas (Forward looking)

O Banco utiliza informações prospectivas, que estão amplamente disponíveis, na sua avaliação do aumento significativo do risco de crédito, bem como na mensuração da ECL. O Banco emprega especialistas que usam informações externas e internas para gerar um cenário de “caso base” de previsão futura de variáveis económicas relevantes, juntamente com uma variedade representativa de outros possíveis cenários de previsão. As informações externas utilizadas incluem dados económicos e previsões publicadas por órgãos governamentais e autoridades monetárias. O Banco e o seu Grupo aplicam probabilidades aos cenários de previsão identificados, considerando um cenário base como o resultado mais provável e que consiste em informações usadas pelo Banco para planeamento estratégico e orçamento. O Banco identifica e documenta os principais factores de risco de crédito e perdas de crédito para cada carteira de instrumentos financeiros e, usando uma análise estatística de dados históricos, estimar as relações entre variáveis macroeconómicas e risco de crédito e perdas de crédito. O Banco não efectua alterações nas técnicas de estimativa ou pressupostos significativos usados durante o período de relato.

### Mensuração da ECL

A PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte temporal. O seu cálculo baseia-se em modelos de classificação estatística e é avaliada utilizando ferramentas de classificação adaptadas às várias categorias de contrapartes e exposições. Estes modelos estatísticos baseiam-se em dados de mercado (quando disponíveis), assim como dados internos que compreendem tanto factores quantitativos como qualitativos. As PDs são estimadas considerando os vencimentos contratuais das exposições e as taxas estimadas de pagamento antecipado. A estimativa é baseada nas condições actuais, ajustadas para levar em conta as estimativas de condições futuras que afectarão a PD.

A LGD (perda dado o incumprimento) é uma estimativa da perda decorrente do incumprimento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de qualquer garantia. Os modelos de LGD para activos garantidos consideram previsões de avaliação de garantias futuras, considerando descontos de venda, tempo de realização de garantias e custo de realização das mesmas. Os modelos de LGD para activos não garantidos consideram o tempo de recuperação e taxas de recuperação. O cálculo é feito com base no fluxo de caixa descontado, em que os fluxos de caixa são descontados pela taxa de juro efectiva original do empréstimo.

EAD (exposição na data do incumprimento) é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data do balanço, incluindo pagamentos de capital e juros, e perdas esperadas. A abordagem do Banco para a EAD reflecte as alterações esperadas na exposição ao longo da vida do empréstimo permitidas pelos termos contratuais actuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado ou pagamento em excesso, mudanças na utilização de compromissos não utilizados e acções de mitigação de crédito tomadas antes do incumprimento. Os modelos EAD usados pelo Banco reflectem igualmente as características das carteiras de crédito.

O Banco avalia a ECL considerando o risco de incumprimento durante o período contratual máximo (incluindo opções de extensão) sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito e não por um período mais longo, mesmo que a extensão ou renovação de contracto seja prática comercial comum. Contudo, para instrumentos financeiros como linhas de crédito renováveis e facilidades de descoberto que incluam um empréstimo e uma componente de compromisso não utilizada, a capacidade contratual do Banco de exigir o reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição do Banco a perdas de crédito no período de aviso prévio. Para tais instrumentos financeiros, o Banco mensura a ECL durante o período em que está exposto ao risco de crédito e a ECL não é mitigada por acções de gestão de risco de crédito, mesmo que esse período se estenda além do período contratual máximo. Estes instrumentos financeiros não têm um prazo fixo ou estrutura de reembolso e têm um curto período de cancelamento contratual. Os instrumentos financeiros são administrados de forma coletiva e são cancelados somente quando o Banco toma conhecimento de um aumento no risco de crédito. Este período mais longo é estimado tendo em conta as acções de gestão de risco de crédito que o Banco espera tomar para mitigar a ECL, como por exemplo redução nos limites ou cancelamento do compromisso de empréstimo.

O cálculo da ECL para fins contabilísticos é diferente do cálculo de provisões para fins regulamentares, embora muitos dos elementos utilizados sejam semelhantes.

### Agrupamentos baseado em características de riscos compartilhados

Quando a ECL é medida colectivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco compartilhadas, tais como:

- Tipo de instrumento;
- Grau de risco de crédito;
- Tipo de colateral;
- Data do reconhecimento inicial;
- Prazo remanescente até ao vencimento;
- Indústria ou sector do mutuário;
- Valor da garantia em relação ao activo financeiro se tiver um impacto na probabilidade de ocorrência de um incumprimento.

### Qualidade do crédito

O Banco monitora o risco de crédito por classe de instrumento financeiro.

A tabela abaixo descreve as classes identificadas, bem como o item das demonstrações financeiras e a nota que fornece uma análise dos itens incluídos na linha do balanço financeiro para cada classe de instrumento financeiro.

Classe do instrumento financeiro	Instrumento financeiro na posição financeira	Nota
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Caixa e disponibilidades no banco central	Nota 19
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Disponibilidades em instituições de crédito	Nota 20
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Aplicações em instituições de crédito	Nota 21
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Nota 24
Activos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao custo amortizado	Nota 22
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Nota 23
Outros empréstimos e adiantamentos	Outros activos	Nota 25
Compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira	Provisões para garantias bancárias prestadas e crédito documentários	Nota 35

O Banco, em linha com a política do Grupo FMBCH, tem um sistema interno de classificação alinhado com a classificação Basel II, que categoriza os empréstimos com base na sua qualidade de crédito:

Empréstimos em Dia: São empréstimos não vencidos nem renegociados, classificados como graus 1-3 da S&P.

Classificação de Monitorização Padrão: Empréstimos com menos de 90 dias de atraso ou com preocupações significativas quanto ao desempenho, classificados como graus 4-7 da S&P.

Classificação de Não-Desempenho: Empréstimos com atraso superior a 90 dias, onde os juros não são acumulados, a menos que sejam pagos, classificados como graus 8-10 da S&P.

Empréstimos e Adiantamentos Renegociados: Se o alívio for temporário, mantém-se o estágio de crédito original; se o alívio for permanente, é tratado como uma reestruturação em dificuldade, sendo feitos ajustes na cobertura do risco.

O Banco utiliza garantias (bens imóveis e móveis) para mitigar riscos e procura realizar as garantias de forma ordenada. A qualidade de crédito e a exposição máxima ao risco de crédito são apresentadas de acordo com o sistema de classificação interno e a gama de PD do Basel, antes da provisão para perdas de crédito esperadas (ECL).

### Empréstimos e adiantamentos a clientes

31 de Dezembro 2025		Montantes Brutos				ECL			
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Alto	0.00%-0.50%	84 458 288	-	-	84 458 288	91 031	-	-	91 031
Médio	0.50%-11.7%	5 741 499 749	2 427 694	-	5 743 927 443	62 839 724	8 459	-	62 848 183
Mé-dio-baixo	11.7%-29.50%	85 722 140	2	7 569 261	93 291 403	1 024 497	-	5 164 212	6 188 710
Baixo	29.5%-100%	898 446	20 404 572	146 554 095	167 857 113	5 126	11 102 085	147 875 641	158 982 853
<b>Total</b>		<b>5 912 578 623</b>	<b>22 832 268</b>	<b>154 123 356</b>	<b>6 089 534 247</b>	<b>63 960 379</b>	<b>11 110 544</b>	<b>153 039 854</b>	<b>228 110 777</b>
<b>Rácio de cobertura</b>		<b>1%</b>	<b>49%</b>	<b>99%</b>					

31 de Dezembro 2024		Montantes Brutos				ECL			
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Alto	0.00%-0.50%	91 664 516	-	-	91 664 516	115 947	-	-	115 947
Médio	0.50%-11.7%	5 535 826 118	41 160 328	-	5 576 986 446	89 060 202	254 044	-	89 314 247
Mé-dio-baixo	11.7%-29.50%	343 541 171	22 852 969	3 513 668	369 907 807	1 917 921	21 101 806	-	23 019 727
Baixo	29.5%-100%	-	2 733 078	160 898 520	163 631 598	-	41 250	151 318 927	151 360 178
<b>Total</b>		<b>5 971 031 805</b>	<b>66 746 375</b>	<b>164 412 187</b>	<b>6 202 190 366</b>	<b>91 094 071</b>	<b>21 397 101</b>	<b>151 318 927</b>	<b>263 810 099</b>
<b>Rácio de cobertura</b>		<b>2%</b>	<b>32%</b>	<b>92%</b>					

### Caixa e equivalentes de caixa

31 de Dezembro 2025		Montantes Brutos				ECL			
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Alto	0.00%-0.50%	7 999 767 001	-	-	7 999 767 001	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>7 999 767 001</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7 999 767 001</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Rácio de cobertura</b>		<b>0,000%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>					

31 de Dezembro 2024		Montantes Brutos				ECL			
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Alto	0.00%-0.50%	381 578 681	-	-	381 578 681	-	-	-	-
Médio	0.50%-11.7%	6 953 307 751	-	-	6 953 307 751	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>7 334 886 432</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7 334 886 432</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Rácio de cobertura</b>		<b>0,000%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>					

### Disponibilidades em instituições de crédito

31 de Dezembro 2025		Montantes Brutos				ECL			
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Alto	0.00%-0.50%	206 074 835	-	-	206 074 835	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>206 074 835</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>206 074 835</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Rácio de cobertura</b>		<b>0,000%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>					

31 de Dezembro 2024		Montantes Brutos				ECL			
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Alto	0.00%-0.50%	477 566 850	-	-	477 566 850	-	-	-	-
Médio	0.50%-11.7%	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>477 566 850</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>477 566 850</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Rácio de cobertura</b>		<b>0,000%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>					

Aplicações em instituições de crédito

31 de Dezembro 2025		Montantes Brutos				ECL			
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Alto	0.00%-0.50%	20 085 666 015	-	-	20 085 666 015	10 402	-	-	10 402
<b>Total</b>		<b>20 085 666 015</b>	-	-	<b>20 085 666 015</b>	<b>10 402</b>	-	-	<b>10 402</b>
<b>Rácio de cobertura</b>		<b>0,00%</b>	-	-					

31 de Dezembro 2024		Montantes Brutos				ECL			
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Alto	0.00%-0.50%	6 229 749 908	-	-	6 229 749 908	10 402	-	-	10 402
Médio	0.50%-11.7%	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>6 229 749 908</b>	-	-	<b>6 229 749 908</b>	<b>10 402</b>	-	-	<b>10 402</b>
<b>Rácio de cobertura</b>		<b>0,00%</b>	-	-					

Activos financeiros ao custo amortizado

31 de Dezembro 2025		Montantes Brutos				ECL			
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Mé-dio-baixo	11.7%-29.50%	-	570 146 271	-	570 146 271	-	33 519 432	-	33 519 432
<b>Total</b>		-	<b>570 146 271</b>	-	<b>570 146 271</b>	<b>0</b>	<b>33 519 432</b>	-	<b>33 519 432</b>
<b>Rácio de cobertura</b>		-	<b>5,879%</b>	-					

31 de Dezembro 2024		Montantes Brutos				ECL			
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Alto	0.00%-0.50%	1 776 618 000	-	-	1 776 618 000	1 575	-	-	1 575
Médio	0.50%-11.7%	7 106 023 054	-	-	7 106 023 054	73 010 006	-	-	73 010 006
<b>Total</b>		<b>8 882 641 054</b>	-	-	<b>8 882 641 054</b>	<b>73 011 582</b>	-	-	<b>73 011 582</b>
<b>Rácio de cobertura</b>		<b>0,822%</b>	-	-					

Outros activos

31 de Dezembro 2025		Montantes Brutos				ECL			
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Alto	0.00%-0.50%	908 741 760	-	-	908 741 760	314 822 029	-	-	314 822 028,77
<b>Total</b>		<b>908 741 760</b>	-	-	<b>908 741 760</b>	<b>314 822 029</b>	-	-	<b>314 822 029</b>
<b>Rácio de cobertura</b>		<b>34,644%</b>	-	-					

31 de Dezembro 2024		Montantes Brutos				ECL			
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Alto	0.00%-0.50%	396 690 196	-	-	396 690 196	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>396 690 196</b>	-	-	<b>396 690 196</b>	-	-	-	-
<b>Rácio de cobertura</b>		<b>0,00%</b>	-	-					

Garantias, cartas de crédito e limites de crédito não utilizados

31 de Dezembro 2025		Montantes Brutos				ECL			
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Médio	0.50%-11.7%	9 850 886 268	-	-	9 850 886 268	74 076 728	-	-	74 076 728
Mé-dio-baixo	11.7%-29.50%	1 193 260 900	-	-	1 193 260 900	19 964 376	-	-	19 964 376
<b>Total</b>		<b>11 044 147 169</b>	-	-	<b>11 044 147 169</b>	<b>94 041 104</b>	-	-	<b>94 041 104</b>
<b>Rácio de cobertura</b>		<b>0,852%</b>	-	-					

31 de Dezembro 2024		Montantes Brutos				ECL			
Classificação interna	Intervalo de PD a 12 meses	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Alto	0.00%-0.50%	106 214 021	-	-	106 214 021	-	-	-	-
Médio	0.50%-11.7%	10 626 165 752	-	-	10 626 165 752	32 345 753	-	-	32 345 753
<b>Total</b>		<b>10 732 379 773</b>	-	-	<b>10 732 379 773</b>	<b>32 345 753</b>	-	-	<b>32 345 753</b>
<b>Rácio de cobertura</b>		<b>0,301%</b>	-	-					

A análise do movimento do crédito bruto e da imparidade acumulada para créditos a clientes é como se segue:

2025	Montantes Brutos			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
<b>Saldo de abertura</b>	<b>5 971 031 805</b>	<b>66 746 375</b>	<b>164 412 187</b>	<b>6 202 190 367</b>
Novos activos originados	4 375 484 946	27 136 751	60 928 499	4 463 550 195
Pagamentos e desreconhecimentos de activos	(4 395 692 179)	(47 521 184)	(69 340 271)	(4 512 553 635)
Transferências (de)/para stage 1	(65 695 030)	15 967 605	49 727 425	-
Transferências (de)/para stage 2	24 127 084	(34 869 693)	10 742 609	-
Transferências (de)/para stage 3	5 660 794	679 306	(6 340 100)	-
Abates	(2 338 795)	(5 306 893)	(56 006 992)	(63 652 681)
<b>Saldo de fecho</b>	<b>5 912 578 623</b>	<b>22 832 268</b>	<b>154 123 356</b>	<b>6 089 534 247</b>

2024	ECL			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
<b>Saldo de abertura</b>	<b>91 094 071</b>	<b>21 397 101</b>	<b>151 318 927</b>	<b>263 810 099</b>
Novos activos originados	23 197 638	7 939 031	59 928 499	91 065 168
Pagamentos e desreconhecimentos de activos	(66 174 764)	(900 464)	(3 682 269)	(70 757 498)
Transferências (de)/para stage 1	(629 987)	199 375	430 612	-
Transferências (de)/para stage 2	11 612 642	(18 106 455)	6 493 813	-
Transferências (de)/para stage 3	4 860 780	581 956	(5 442 736)	-
Abates	-	-	(56 006 992)	(56 006 992)
<b>Saldo de fecho</b>	<b>63 960 379</b>	<b>11 110 544</b>	<b>153 039 854</b>	<b>228 110 778</b>

Factores macroeconómicos

O Banco efectua análises de sensibilidade a cenários para avaliar o impacto potencial de alterações nas condições económicas no valor contabilístico dos empréstimos e adiantamentos significativos. Esta análise é uma componente essencial da estratégia de gestão do risco do Grupo e ajuda a garantir a solidez da nossa posição financeira em condições variáveis. Esta análise é um elemento-chave da estratégia de gestão do risco do Banco e ajuda a garantir a solidez da nossa posição financeira em cenários económicos variáveis.

Para o crédito corporativo foram considerados os factores abaixo:

Factores macroeconómicos	Cenário de imparidades	Peso médio atribuído	Valores actuais	Projeções					Taxa de longo prazo
				2025	2026	2027	2028	2029	
%PIB per capita, % preços correntes	Base	58,3%	2,1%	2,2%	2,9%	3,6%	3,4%	6,8%	
	Bom	23,1%	2,1%	5,8%	6,0%	6,1%	6,1%	7,6%	
	Melhor	9,9%	2,1%	6,8%	6,9%	7,0%	7,0%	8,1%	
	Mau	25,8%	2,1%	-0,2%	0,4%	1,0%	0,8%	3,0%	
	Pior	11,1%	2,1%	-2,0%	-1,4%	-0,8%	-1,0%	1,1%	
Câmbio MZN/USD	Base	58,3%	3,9%	4,1%	3,2%	2,3%	2,5%	-2,2%	
	Bom	23,1%	3,9%	-0,8%	-1,0%	-1,3%	-1,2%	-3,4%	
	Melhor	9,9%	3,9%	-2,2%	-2,4%	-2,5%	-2,5%	-4,0%	
	Mau	25,8%	3,9%	7,5%	6,6%	5,8%	6,0%	3,0%	
	Pior	11,1%	3,9%	10,0%	9,1%	8,3%	8,5%	5,7%	

Factores macroeconómicos	Cenário de imparidades	Peso médio atribuído	Valores actuais	Projeções					Taxa de longo prazo
				2024	2025	2026	2027	2028	
%PIB per capita, % preços correntes	Base	58,33%	7,75%	8,61%	8,41%	8,76%	10,28%	11,54%	
	Bom	17,79%	7,75%	13,17%	13,10%	13,21%	13,78%	14,35%	
	Melhor	7,62%	7,75%	14,85%	14,81%	14,89%	15,27%	15,65%	
	Mau	11,38%	7,75%	3,54%	3,43%	3,69%	4,87%	5,71%	
	Pior	4,88%	7,75%	0,04%	-0,11%	0,15%	1,29%	2,09%	
Dívida pública	Base	58,33%	93,88	93,67	94,90	94,70	84,85	74,80	
	Bom	4,54%	93,88	64,26	64,75	66,08	62,33	56,66	
	Melhor	1,94%	93,88	53,47	53,72	55,29	52,95	48,33	
	Mau	24,63%	93,88	126,27	127,01	127,30	119,80	112,30	
	Pior	10,56%	93,88	148,82	149,80	150,06	142,78	135,59	

Garantias, cartas de crédito e limites de crédito não utilizados

Factores macroeconómicos	Cenário de imparidades	Peso médio atribuído	Valores actuais	Projeções					Taxa de longo prazo
				2025	2026	2027	2028	2029	
Taxa de empréstimo	Mau	20,00%	18,28%	19,65%	19,29%	19,14%	19,05%	18,84%	
	Base	60,00%	18,28%	18,50%	18,50%	18,50%	18,50%	18,50%	
	Bom	20,00%	18,28%	17,35%	17,71%	17,86%	17,95%	18,16%	
PIB	Mau	20,00%	0,02%	0,01%	0,01%	0,01%	0,02%	0,03%	
	Base	60,00%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,03%	0,03%	
	Bom	20,00%	0,02%	0,03%	0,02%	0,02%	0,03%	0,03%	
Índice de Preços ao consumidor	Mau	20,00%	0,01%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	
	Base	60,00%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	
	Bom	20,00%	0,01%	0,00%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	

Factores macroeconómicos	Cenário de imparidades	Peso médio atribuído	Valores actuais	Projeções					Taxa de longo prazo
				2024	2025	2026	2027	2028	
Taxa de desemprego	Mau	20,00%	6,85%	8,48%	22,16%	11,93%	9,03%	0,39%	
	Base	60,00%	6,85%	7,16%	21,26%	11,20%	8,40%	0,00%	
	Bom	20,00%	6,85%	5,83%	20,35%	10,47%	7,77%	-0,39%	
PIB	Mau	20,00%	1,74%	1,04%	0,94%	0,91%	2,38%	2,26%	
	Base	60,00%	1,74%	2,18%	1,71%	1,54%	2,92%	2,59%	
	Bom	20,00%	1,74%	3,32%	2,49%	2,16%	3,46%	2,93%	

A tabela abaixo apresenta a sensibilidade das imparidades:

	2025		2024	
	Imparidade Acumulada	Imparidade do período - impacto em resultados	Imparidade Acumulada	Imparidade do período - impacto em resultados
Montantes reportados	355 681 715	356 905 219	369 177 836	257 408 513
<b>Cenários</b>				
Base	425 081 977	426 305 482	333 449 107	221 679 784
Bom	389 997 115	391 220 620	315 240 784	203 471 460
Melhor	390 381 973	391 605 477	305 789 871	194 020 548
Mau	514 235 997	515 459 501	365 144 691	253 375 368
Pior	578 014 324	579 237 828	394 195 965	282 426 642

O quadro acima mostra as imparidades de cada cenário ponderado pela probabilidade de aplicação de múltiplos cenários económicos em comparação com a imparidade que teria resultado da aplicação de uma ponderação de 100% ao cenário do caso de base. Foram utilizados três cenários:

- Base
- Bom
- Mau

Uma vez estabelecida uma forte relação causal entre o comportamento de uma carteira de empréstimos e um ou mais factores macroeconómicos, incorporamos factores macroeconómicos previstos no modelo. Isso é feito comparando dados macroeconómicos históricos e futuros juntamente com o comportamento da carteira de empréstimos para identificar relações quantitativas. Se existe uma estrutura de correlação entre os dados macroeconómicos

históricos e o comportamento da carteira de empréstimos, então esta fornece uma boa base para incorporar o FLI através de dados macroeconómicos previstos. A previsão do caso de base é derivada para os factores macroeconómicos relevantes e é utilizada tal como está. Os cenários bom e mau são criados a partir do cenário Base criando um intervalo de tolerância estatística em torno do cenário Base.

## Concentração do risco de crédito

Uma análise das concentrações de risco de crédito do Banco por classe de activo financeiro é detalhada na tabela abaixo. A menos que especificamente indicado, para activos financeiros, os valores na tabela representam valores contabilísticos líquidos. Relativamente aos compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente.

Sector	2025	2024
Agricultura	-	32 789 803
Comércio	877 814 970	1 241 975 161
Construção	293 083 674	105 654 295
Indústria	1 734 835 162	1 930 946 377
Outros	324 577 799	198 140 159
Particulares	2 328 027 568	2 272 792 436
Transporte	531 195 074	419 892 136
<b>Exposição total</b>	<b>6 089 534 247</b>	<b>6 202 190 366</b>

Uma análise das concentrações de risco de crédito do Banco por classe de activo financeiro é detalhada na tabela abaixo. A menos que especificamente indicado, para activos financeiros, os valores na tabela representam valores contabilísticos líquidos. Relativamente aos compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente.

2025	Empréstimos e adiantamentos aos Bancos ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Investimentos em títulos ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira
Comércio	-	871 200 053	-	-	5 950 400 107
Agricultura	-	-	-	-	-
Retalho	-	-	-	-	-
Construção	-	287 357 303	-	-	842 658 526
Indústria	-	1 086 866 334	-	-	1 550 767 885
Mineração	-	295 494 343	-	-	1 177 128 663
Comunidade social e serviços	-	131 217 712	-	-	228 419 237
Transporte e comunicações	-	527 247 219	-	-	209 154 054
Indústria metalúrgica	-	315 421 431	-	-	1 836 670
Estado	-	-	-	-	-
Financeiro	3 585 665 877	-	-	6 327 548	-
Banco Central	16 500 000 139	-	536 626 839	-	-
Outros sectores	-	2 346 619 074	-	-	1 083 782 026
<b>Total</b>	<b>20 085 666 015</b>	<b>5 861 423 469</b>	<b>536 626 839</b>	<b>6 327 548</b>	<b>11 044 147 169</b>

2024	Empréstimos e adiantamentos aos Bancos ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Investimentos em títulos ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira
Comércio	-	1 240 743 770	-	-	5 136 073 551
Agricultura	-	32 554 186	-	-	-
Retalho	-	2 082 522 235	-	-	106 214 021
Construção	-	104 605 257	-	-	624 096 124
Indústria	-	977 282 743	-	-	973 266 439
Mineração	-	501 411 312	-	-	2 012 254 486
Comunidade social e serviços	-	-	-	-	113 799 432
Transporte e comunicações	-	393 775 812	-	-	447 458 596
Indústria metalúrgica	-	435 899 799	-	-	1 350 000
Estado	-	-	549 670 252	-	-
Financeiro	2 387 567 094	-	-	6 327 548	-
Banco Central	3 842 172 412	-	8 259 959 220	-	-
Outros sectores	-	169 585 153	-	-	1 317 867 124
<b>Total</b>	<b>6 229 739 506</b>	<b>5 938 380 268</b>	<b>8 809 629 472</b>	<b>6 327 548</b>	<b>10 732 379 773</b>

## Exposição ao risco de crédito por classe de activo financeiro, rating interno e "estágio"

Uma análise da exposição ao risco de crédito do Banco por classe de activo financeiro, classificação interna e "estágio" sem levar em conta os efeitos de qualquer garantia ou outras melhorias de crédito é fornecida nas tabelas seguintes. A menos que especificamente indicado, para activos financeiros, os valores na tabela representam valores contabilísticos brutos. Para os compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente.

2025	Grau de investimento (1-3)	Monitoramento padrão (4-7)	Empréstimos em incumprimento (8-10)	Imparidade	Exposição líquida	2024
Caixa e disponibilidades no Banco Central	7 999 767 001	-	-	-	7 999 767 001	7 334 886 432
Disponibilidades em instituições de crédito	206 074 835	-	-	-	206 074 835	477 566 850
Aplicações em instituições de crédito	20 085 676 417	-	-	(10 402)	20 085 666 015	6 229 739 506
Activos financeiros ao custo amortizado	-	570 146 271	-	(33 519 432)	536 626 839	8 809 629 472
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5 912 578 624	22 832 268	154 123 356	(228 110 778)	5 861 423 469	5 938 380 268
Outros activos	908 741 759	-	-	(314 822 029)	593 919 731	396 690 196
Garantias bancárias e cartas de crédito	9 241 989 773	-	-	(94 154 184)	9 147 835 589	9 731 462 144
<b>Total</b>	<b>44 354 828 410</b>	<b>592 978 539</b>	<b>154 123 356</b>	<b>(670 616 825)</b>	<b>44 431 313 480</b>	<b>38 918 354 868</b>

## Perdas por imparidade por classe

A tabela abaixo resume a as provisões para perdas esperada em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, por classe de exposição/activo:

Classe do instrumento financeiro	2025	2024
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	228 110 778	263 810 099
Investimentos em títulos ao custo amortizado	33 519 432	73 011 582
Activos não correntes detidos para a venda	-	-
Outros activos financeiros	314 832 431	10 402
Garantias bancárias e cartas de crédito	94 154 184	25 552 330
<b>Total</b>	<b>670 616 825</b>	<b>362 384 413</b>

## Activos financeiros por antiguidade de saldos

Um aumento significativo no risco de crédito é identificado antes que a exposição esteja em incumprimento e, no máximo, quando a exposição perfizer 30 dias em atraso. Para empréstimos corporativos e outras exposições existem informações específicas disponíveis sobre o mutuário que são usadas para identificar um potencial aumento significativo no risco de crédito. A tabela abaixo apresenta a carteira bruta dos empréstimos e adiantamento a clientes por antiguidade de saldos:

Crédito bruto concedido	2025	2024
Não vencido	6 017 367 173	6 012 975 494
Até 30 dias	-	138 066 911
31 a 90 dias	-	15 633 825
91 a 180 dias	30 104 332	1 295 657
181 a 360 dias	13 030 270	14 667 541
Acima de 360 dias	5 916 615	129 768
Reestruturados	23 115 857	19 421 172
<b>Total</b>	<b>6 089 534 247</b>	<b>6 202 190 368</b>

## Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte.

Os principais tipos de garantias obtidas são:

- Para os títulos de crédito e nas transacções de recompra, dinheiro ou títulos;
- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito ao retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação.

## Empréstimos corporativos

O Banco solicita garantias e colaterais para empréstimos corporativos. O indicador mais relevante da qualidade de crédito dos clientes corporativos é a análise do seu desempenho financeiro e a sua liquidez, alavancagem, eficácia da gestão e índices de crescimento. Por essa razão, a avaliação de garantias detidas contra empréstimos corporativos não é actualizada rotineiramente. A avaliação de tais garantias é actualizada se o empréstimo for colocado na "lista de observação" e, portanto, sujeito a uma monitoria mais regular. Para créditos com redução no valor recuperável, o Banco obtém avaliações actualizadas de garantias para determinar as suas acções de gestão de risco de crédito.

## Investimentos em títulos

O Banco detém investimentos em activos financeiros mensurados ao custo amortizado com um valor contabilístico de 536.6 milhões de Meticais, e ao justo valor através de outro rendimento integral com um valor contabilístico de 6.3 milhões de Meticais. Os investimentos em activos financeiros mensurados ao custo amortizado detidos pelo Banco correspondem essencialmente a Bilhetes de Tesouro, que são instrumentos sem garantia.

## Activos financeiros renegociados

Quando um cliente entra em incumprimento, e temporariamente não consegue fazer face ao serviço de dívida, pode pedir a dilatação do período de pagamento ou uma moratória. Na data de vencimento do período de moratória ou carência, a situação do cliente é reavaliada e os termos dos empréstimos poderão ser renegociados.

## Activos financeiros que se encontrem em imparidade

O Banco regularmente avalia se existe uma evidência objectiva de que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado evidencia sinais de imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo no balanço e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possa ser fiavelmente estimada.

Os critérios que o Banco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;
- Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Existem fortes evidências de que o cliente vai entrar em falência ou ser objecto de uma reestruturação financeira significativa;
- Desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar desse decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:
  - I. Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
  - II. Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos.
  - III. Depreciação do valor do colateral; e
  - IV. Deterioração da posição do mutuário.

A política de crédito do Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- O Banco considera que é pouco provável que o mutuário pagará a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que o Banco tenha de exercer a opção sobre colateral; ou
- Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, incluindo o cumprimento de determinadas condições ou rácios financeiros.

O Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos, e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas as exposições com indicação de crédito malparado são avaliadas individualmente quanto a uma potencial imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais uma perda de imparidade é e continua a ser reconhecida não são incluídos na análise da imparidade colectiva. Para empréstimos e adiantamentos e activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da sua execução menos os custos de tomada de posse e da venda do colateral, quer a execução seja ou não provável.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

## Abates

O Banco reconhece imparidades por contrapartida de resultados para as perdas ocorridas inerentes à carteira de crédito. Mediante uma avaliação de que não existe uma perspectiva realista da sua recuperação ou de que parte da dívida é incobrável, é efectuado o abate da dívida por contrapartida da imparidade acumulada. Não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou totalidade da dívida, sendo que a oportunidade e a extensão dos abates podem envolver algum elemento de julgamento subjectivo. No entanto, um abate, muitas vezes, será precedido de um evento específico, como o início

do processo de insolvência ou outra acção formal de recuperação, o que torna possível estabelecer que uma parte ou a totalidade do empréstimo está além da perspectiva realista de recuperação. Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como outros proveitos na demonstração de resultados.

### Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais ou de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de manter valores mínimos de liquidez e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Adicionalmente, o Banco dispõe de linhas de financiamento adicionais como plano de contingência, caso seja necessário.

O Banco mantém uma carteira de activos com elevada liquidez que poderá ser facilmente utilizada numa situação de interrupção não prevista de fluxos de caixa. Além disso, o Banco detém reservas obrigatórias correspondentes a 29,0% do saldo médio dos depósitos de clientes em moeda nacional, e 29,5% para depósitos de clientes em moeda estrangeira. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto com o mercado em geral assim como com o Banco em particular.

O Banco monitoriza diariamente os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes, que consistem na ponderação dos valores em caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos, face aos depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

### Maturidades contratuais não descontadas dos activos e passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

2025	Até 1 mês	Inferior a 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Superior a 12 meses	Total
<b>Activos</b>					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	7 999 767 001	-	-	-	7 999 767 001
Disponibilidades em instituições de crédito	206 074 835	-	-	-	206 074 835
Aplicações em instituições de crédito	20 085 666 015	-	-	-	20 085 666 015
Activos financeiros ao custo amortizado	-	-	536 626 839	-	536 626 839
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 158 159 373	1 757 645 384	11 657 258	2 933 961 454	5 861 423 469
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	6 327 548	6 327 548
Outros activos	593 919 731	-	-	-	593 919 731
<b>Total do Activo</b>	<b>30 043 586 956</b>	<b>1 757 645 384</b>	<b>548 284 097</b>	<b>2 940 289 001</b>	<b>35 289 805 438</b>
<b>Passivos</b>					
Recursos de instituições de crédito	1 410 617 533	-	-	-	1 410 617 533
Depósitos de clientes	16 600 676 877	6 497 277 174	3 445 651 648	185 339 000	26 728 944 699
Outros passivos	722 335 291	319 124 765	300 038 431	667 749 297	2 009 247 785
Empréstimos subordinados	-	-	-	220 077 281	220 077 281
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>18 733 629 702</b>	<b>6 816 401 939</b>	<b>3 745 690 079</b>	<b>1 073 165 578</b>	<b>30 368 887 298</b>
<b>Extrapatrimoniais</b>					
Garantias	301 606 649	1 581 162 382	3 693 506 387	354 033 208	5 930 308 626
Cartas de crédito	511 467 409	1 356 614 414	1 443 599 314	-	3 311 681 137
Outros compromissos de empréstimo não utilizados	314 499 588	291 778 554	880 929 062	314 950 191	1 802 157 395
<b>Total dos extrapatrimoniais</b>	<b>1 127 573 645</b>	<b>3 229 555 350</b>	<b>6 018 034 762</b>	<b>668 983 399</b>	<b>11 044 147 157</b>
<b>2024</b>	<b>Até 1 mês</b>	<b>Inferior a 3 meses</b>	<b>Entre 3 e 12 meses</b>	<b>Superior a 12 meses</b>	<b>Total</b>
<b>Activos</b>					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	7 334 886 432	-	-	-	7 334 886 432
Disponibilidades em instituições de crédito	477 566 850	-	-	-	477 566 850
Aplicações em instituições de crédito	6 229 739 506	-	-	-	6 229 739 506
Activos financeiros ao custo amortizado	174 514 255	2 671 264 635	5 963 850 582	-	8 809 629 472
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 254 941 843	344 935 683	1 646 305 325	2 692 197 418	5 938 380 268
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	6 327 548	6 327 548
Outros activos	396 690 196	-	-	-	396 690 196
<b>Total do Activo</b>	<b>15 868 339 082</b>	<b>3 016 200 318</b>	<b>7 610 155 907</b>	<b>2 698 524 965</b>	<b>29 193 220 272</b>
<b>Passivos</b>					
Recursos de instituições de crédito	1 018 680 889	-	-	-	1 018 680 889
Depósitos de clientes	13 444 514 754	3 479 432 602	2 893 250 157	320 932 174	20 138 129 687
Outros passivos	765 711 015	-	-	-	765 711 015
Empréstimos subordinados	-	-	-	220 077 281	220 077 281
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	3 018 423 639	-	3 018 423 639
<b>Total do Passivo</b>	<b>15 228 906 657</b>	<b>3 479 432 602</b>	<b>5 911 673 796</b>	<b>541 009 455</b>	<b>25 161 022 511</b>
<b>Extrapatrimoniais</b>					
Garantias	929 950 696	3 732 333 200	1 957 473 055	816 680 704	7 436 437 655
Cartas de crédito	1 109 962 028	902 388 604	315 019 610	-	2 327 370 242
Outros compromissos de empréstimo não utilizados	169 028 219	156 816 770	473 456 490	169 270 397	968 571 875
<b>Total dos extrapatrimoniais</b>	<b>2 208 940 943</b>	<b>4 791 538 574</b>	<b>2 745 949 155</b>	<b>985 951 101</b>	<b>10 732 379 773</b>

### Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irão variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações de instrumentos financeiros com mercados activos.

A política e estratégia de gestão de risco de mercado é executada pela Tesouraria e monitorizada pela função de Gestão de Risco, sob a supervisão do ALCO, que se reúne numa base mensal.

### Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os fluxos de caixa futuros ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações ou resultar em perdas em caso de ocorrerem variações não previstas.

O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada numa base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro incluem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de clientes.

A tabela abaixo apresenta os itens do Balanço do Banco sensíveis a taxa de juro, segregados por horizontes temporais de refixação de taxa de juro, a 31 de Dezembro de 2025 e 2024:

2025	Não sensível à taxa de juros	Overnight	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 9 meses	Entre 9 e 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<b>Activos financeiros</b>									
Caixa e disponibilidades no Banco Central	7 894 586 362	-	105 180 639	-	-	-	-	-	7 999 767 001
Disponibilidades em instituições de crédito	-	206 074 835	-	-	-	-	-	-	206 074 835
Aplicações em instituições de crédito	-	-	20 085 666 015	-	-	-	-	-	20 085 666 015
Activos financeiros ao custo amortizado	-	-	-	-	265 335 529	271 291 310	-	-	536 626 839
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	764 808 572	393 350 801	2 246 099 251	2 511 171	9 146 087	12 568 530	2 432 939 057	5 861 423 469
Outros activos	-	-	-	-	593 919 731	-	-	-	593 919 731
<b>Total activos financeiros</b>	<b>7 894 586 362</b>	<b>970 883 407</b>	<b>20 584 197 455</b>	<b>2 246 099 251</b>	<b>861 766 432</b>	<b>280 437 397</b>	<b>12 568 530</b>	<b>2 432 939 057</b>	<b>35 283 477 891</b>
<b>Passivos financeiros</b>									
Recursos de instituições de crédito	-	-	1 410 617 533	-	-	-	-	-	1 410 617 533
Depósitos de clientes	-	16 803 580 066	3 603 529 868	3 751 707 402	1 189 556 672	635 491 174	555 417 630	189 661 887	26 728 944 699
Empréstimos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	220 077 281	220 077 281
Passivos de locação	-	-	-	-	-	-	-	75 404 079	75 404 079
Outros passivos	2 009 247 785	-	-	-	-	-	-	-	2 009 247 785
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>2 009 247 785</b>	<b>16 803 580 066</b>	<b>5 014 147 401</b>	<b>3 751 707 402</b>	<b>1 189 556 672</b>	<b>635 491 174</b>	<b>555 417 630</b>	<b>485 143 246</b>	<b>30 444 291 376</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>5 885 338 577</b>	<b>(15 832 696 659)</b>	<b>15 570 050 054</b>	<b>(1 505 608 150)</b>	<b>(327 790 241)</b>	<b>(355 053 777)</b>	<b>(542 849 100)</b>	<b>1 947 795 810</b>	<b>4 839 186 515</b>
<b>2024</b>	<b>Não sensível à taxa de juros</b>	<b>Overnight</b>	<b>Até 1 mês</b>	<b>Entre 1 e 3 meses</b>	<b>Entre 3 e 6 meses</b>	<b>Entre 6 e 9 meses</b>	<b>Entre 9 e 12 meses</b>	<b>Acima de 12 meses</b>	<b>Total</b>
<b>Activos financeiros</b>									
Caixa e disponibilidades no Banco Central	7 201 014 591	-	133 871 841	-	-	-	-	-	7 334 886 432
Disponibilidades em instituições de crédito	-	477 566 850	-	-	-	-	-	-	477 566 850
Aplicações em instituições de crédito	-	6 229 739 506	-	-	-	-	-	-	6 229 739 506
Activos financeiros ao custo amortizado	-	-	760 521 851	2 699 209 582	1 832 106 241	2 693 347 063	768 523 484	55 921 250	8 809 629 472
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1 501 687 834	458 372 422	3 730 671 199	131 069 927	1 186 427	23 354 650	92 037 810	5 938 380 268
Outros activos	-	-	-	-	778 639 310	-	-	-	778 639 310
<b>Total activos financeiros</b>	<b>7 201 014 591</b>	<b>8 208 994 190</b>	<b>1 352 766 114</b>	<b>6 429 880 781</b>	<b>2 741 815 479</b>	<b>2 694 533 490</b>	<b>791 878 134</b>	<b>147 959 060</b>	<b>29 568 841 838</b>
<b>Passivos financeiros</b>									
Recursos de instituições de crédito	-	1 018 680 889	-	-	-	-	-	-	1 018 680 889
Depósitos de clientes	13 518 607 928	-	1 927 499 901	1 957 499 488	1 893 917 645	443 614 215	147 151 510	249 839 000	20 138 129 687
Empréstimos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	220 077 281	220 077 281
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	835 423 639	1 673 000 000	510 000 000	-	-	3 018 423 639
Passivos de locação	-	-	-	-	-	-	-	85 133 863	85 133 863
Outros passivos	927 428 418	-	-	-	-	-	-	-	927 428 418
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>14 446 036 346</b>	<b>1 018 680 889</b>	<b>1 927 499 901</b>	<b>2 792 923 127</b>	<b>3 566 917 645</b>	<b>953 614 215</b>	<b>147 151 510</b>	<b>555 050 144</b>	<b>25 407 873 777</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>(7 245 021 755)</b>	<b>7 190 313 301</b>	<b>(574 733 788)</b>	<b>3 636 957 654</b>	<b>(825 102 166)</b>	<b>1 740 919 275</b>	<b>644 726 624</b>	<b>(407 091 084)</b>	<b>4 160 968 061</b>

O impacto na demonstração dos resultados decorrente da alteração das taxas de juro, decorrente de uma deslocação paralela das taxas de juro, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 é estimada como segue:

Sensibilidade à alteração da FPC	Aumento/ (diminuição) em p.p	Impacto nos resultados antes de impostos
2025	+2p.p	(375 281 167)
	-2p.p	375 281 167
2024	+2p.p	(97 444 985)
	-2p.p	97 444 985

## Risco cambial

O risco cambial é o risco do valor de um instrumento financeiro variar devido às alterações das taxas de câmbio de mercado. O Conselho de Administração fixa um nível limite de exposição por moeda, em cumprimento das disposições legais em vigor e limites regulamentares aplicáveis. De acordo com a política do Banco, as posições são monitoradas diariamente para garantir que as mesmas são mantidas dentro dos limites estabelecidos. A tabela seguinte sumariza a exposição ao risco cambial, a 31 de Dezembro de 2025 e 2024:

2025	MZN	USD	ZAR	EUR	INR	GBP	CNY	Total
<b>Activos financeiros</b>								
Caixa e disponibilidades no Banco Central	6 840 089 666	1 143 891 124	517 571	15 268 640	-	-	-	7 999 767 001
Disponibilidades em instituições de crédito	34 584 908	54 113 042	-	63 573 307	685 336	863 373	52 254 869	206 074 835
Aplicações em instituições de crédito	17 262 112 187	2 754 253 828	69 300 000	-	-	-	-	20 085 666 015
Activos financeiros ao custo amortizado	536 626 839	-	-	-	-	-	-	536 626 839
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6 327 548	-	-	-	-	-	-	6 327 548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4 776 494 369	1 084 929 101	-	-	-	-	-	5 861 423 469
Outros activos	235 449 909	358 469 821	-	-	-	-	-	593 919 731
<b>Total activos</b>	<b>29 691 685 426</b>	<b>5 395 656 917</b>	<b>69 817 571</b>	<b>78 841 947</b>	<b>685 336</b>	<b>863 373</b>	<b>52 254 869</b>	<b>35 289 805 438</b>
<b>Passivos financeiros</b>								
Recursos de instituições de crédito	81 597 649	1 290 738 192	38 281 692	-	-	-	-	1 410 617 533
Depósitos de clientes	23 588 056 028	3 044 866 318	21 271 826	24 006 921	-	-	50 743 605	26 728 944 699
Papel Comercial	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos subordinados	-	220 077 281	-	-	-	-	-	220 077 281
Passivos de locação	75 404 079	-	-	-	-	-	-	75 404 079
Outros passivos	1 259 743 627	749 504 159	-	-	-	-	-	2 009 247 786
<b>Total passivos</b>	<b>25 004 801 383</b>	<b>5 305 185 950</b>	<b>59 553 518</b>	<b>24 006 921</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>50 743 605</b>	<b>30 444 291 377</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>4 686 884 044</b>	<b>90 470 967</b>	<b>10 264 053</b>	<b>54 835 026</b>	<b>685 336</b>	<b>863 373</b>	<b>1 511 263</b>	<b>4 845 514 061</b>

2024	MZN	USD	ZAR	EUR	INR	GBP	CNY	Total
<b>Activos financeiros</b>								
Caixa e disponibilidades no Banco Central	5 786 349 958	1 533 575 477	11 391 210	3 569 787	-	-	-	7 334 886 432
Disponibilidades em instituições de crédito	713 884	363 382 179	-	28 070 711	3 876 384	3 362 523	78 161 169	477 566 850
Aplicações em instituições de crédito	3 845 767 643	2 356 681 250	27 290 613	-	-	-	-	6 229 739 506
Activos financeiros ao custo amortizado	8 809 629 472	-	-	-	-	-	-	8 809 629 472
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6 327 548	-	-	-	-	-	-	6 327 548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4 257 269 699	1 681 110 569	-	-	-	-	-	5 938 380 268
Outros activos	738 400 429	33 911 334	-	-	-	-	-	772 311 763
<b>Total activos</b>	<b>23 444 458 632</b>	<b>5 968 660 808</b>	<b>38 681 823</b>	<b>31 640 498</b>	<b>3 876 384</b>	<b>3 362 523</b>	<b>78 161 169</b>	<b>29 568 841 838</b>
	(6 124 383 206)							
<b>Passivos financeiros</b>								
Recursos de instituições de crédito	26 927 256	981 050 606	10 703 027	-	-	-	-	1 018 680 889
Depósitos de clientes	15 733 546 661	4 287 718 071	25 408 664	15 582 538	-	-	75 873 754	20 138 129 687
Papel Comercial	3 018 423 639	-	-	-	-	-	-	3 018 423 639
Empréstimos subordinados	9 174 281	210 903 000	-	-	-	-	-	220 077 281
Passivos de locação	15 392 815	69 741 049	-	-	-	-	-	85 133 864
Outros passivos	690 056 182	229 829 091	1 129 598	5 515 994	897 552	-	-	927 428 417
<b>Total passivos</b>	<b>19 493 520 834</b>	<b>5 779 241 817</b>	<b>37 241 289</b>	<b>21 098 532</b>	<b>897 552</b>	<b>-</b>	<b>75 873 754</b>	<b>25 407 873 777</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>3 950 937 798</b>	<b>189 418 991</b>	<b>1 440 535</b>	<b>10 541 967</b>	<b>2 978 832</b>	<b>3 362 523</b>	<b>2 287 416</b>	<b>4 160 968 062</b>

As tabelas abaixo demonstram a sensibilidade para eventuais alterações em USD, ZAR, EUR, INR, GBP e CNY mantendo as restantes variáveis constantes.

O impacto na demonstração de resultados (antes de imposto) é o mesmo que em capitais próprios.

Sensibilidade à alteração de taxa de câmbio USD	Alteração na taxa de câmbios de USD	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
2025	+10%	41 519 991	41 519 991
	-10%	(41 519 991)	(41 519 991)
2024	+10%	18 941 899	18 941 899
	-10%	(18 941 899)	(18 941 899)

Sensibilidade à alteração de taxa de câmbio ZAR	Alteração na taxa de câmbios de ZAR	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
2025	+10%	1 026 405	1 026 405
	-10%	(1 026 405)	(1 026 405)
2024	+10%	144 053	144 053
	-10%	(144 053)	(144 053)

Sensibilidade à alteração de taxa de câmbio EUR	Alteração na taxa de câmbios de EUR	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
2025	+10%	5 483 503	5 483 503
	-10%	(5 483 503)	(5 483 503)
2024	+10%	1 054 197	1 054 197
	-10%	(1 054 197)	(1 054 197)

Sensibilidade à alteração de taxa de câmbio INR	Alteração na taxa de câmbios de INR	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
2025	+10%	68 534	68 534
	-10%	(68 534)	(68 534)
2024	+10%	297 883	297 883
	-10%	(297 883)	(297 883)

Sensibilidade à alteração de taxa de câmbio GBP	Alteração na taxa de câmbios de GBP	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
2025	+10%	86 337	86 337
	-10%	(86 337)	(86 337)
2024	+10%	336 252	336 252
	-10%	(336 252)	(336 252)

Sensibilidade à alteração de taxa de câmbio CNY	Alteração na taxa de câmbios de GBP	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
2025	+10%	151 126	151 126
	-10%	(151 126)	(151 126)
2024	+10%	228 742	228 742
	-10%	(228 742)	(228 742)

## Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Banco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância contante e respondendo aos riscos potenciais de forma proactiva, é capaz de gerir e mitigar os riscos inerentes à sua actividade. Os controlos incluem uma efectiva segregação de funções, gestão de acessos, níveis de autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

## Gestão de Capital

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorada usando, entre outras medidas os rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique.

Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Banco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o crescimento do seu negócio; e
- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

A adequação de capital e a utilização do capital regulamentar são monitorados regularmente pelo Conselho de Administração do Banco, aplicando técnicas baseadas na legislação emanada pelo Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação requerida é apresentada mensalmente ao Banco de Moçambique. O Banco Central requer que cada Banco cumpra um mínimo de activo de ponderação de risco (rácio de solvabilidade) acima ou no limite de 12%.

O capital regulamentar do Banco é monitorado pelo departamento de gestão de risco e é dividido em:

- Tier 1 capital: capital social (líquido de quaisquer valores contabilísticos de acções próprias), resultados transitados e reservas; e
- Tier 2 capital: dívida subordinada, imparidade colectiva e ganhos não realizados de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

A ponderação do risco dos activos é mensurada através de uma hierarquia de cinco riscos, classificada de acordo com a sua natureza e reflectindo uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados a cada activo ou contraparte, tomando em consideração os colaterais elegíveis ou garantias. Um tratamento similar é adoptado para as rubricas extrapatrimoniais com alguns ajustamentos a fim de reflectirem uma natureza mais contingente de uma perda potencial.

A tabela a seguir resume o cálculo do índice de adequação de capital do Banco para o ano findo em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 de acordo com as exigências do Banco de Moçambique:

Fundos próprios de base (Tier I)	2025	2024
Capital social	1 700 000 000	1 700 000 000
Reservas elegíveis e resultados transitados	1 793 218 765	791 594 815
Activos intangíveis	(89 495 243)	(62 449 617)
Provisões para imparidade gap(*)	(34 816 682)	(88 411 185)
<b>Fundos próprios de base (Tier I)</b>	<b>3 368 906 840</b>	<b>2 340 734 013</b>
<b>Fundos próprios complementares (Tier II)</b>		
Provisões para riscos gerais de crédito ate ao limite de 0,0125% dos activos ponderados pelo risco de crédito	1 971 666	1 551 884
Empréstimos subordinados, nas condições referidas no artigo 13	84 361 200	126 522 000
<b>Fundos próprios complementares (Tier II)</b>		
Parte que excede os limites de concentração de riscos	(31 538 406)	-
<b>Fundos próprios de base complementares (Tier I e Tier II)</b>	<b>3 423 701 301</b>	<b>2 468 807 897</b>
<b>Activos ponderados pelo risco</b>		
Na posição financeira	10 944 570 789	10 157 398 569
Contas extrapatrimoniais	4 828 760 973	2 257 673 474
Risco operacional e de mercado	482 480 970	520 164 052
<b>Total dos activos ponderados</b>	<b>16 255 812 732</b>	<b>12 935 236 096</b>
<b>Rácios prudenciais</b>		
<b>Tier I</b>	<b>20,72%</b>	<b>18,10%</b>
<b>Tier II</b>	<b>0,53%</b>	<b>0,99%</b>
<b>Rácio de solvência</b>	<b>21,06%</b>	<b>19,09%</b>
<b>Rácio de solvência exigido</b>	<b>12,00%</b>	<b>12,00%</b>

(\*) Representa a diferença entre a imparidade determinada com base no modelo de imparidade interno, em conformidade com o IFRS 9, e o mínimo apurado de acordo com os requisitos definidos pelo Banco de Moçambique.

## 45. Eventos subsequentes

### i. Cheias em Moçambique decorrente de chuvas intensas

**Natureza do evento:** No início de 2026, Moçambique foi afectado por episódios de precipitação acima da média sazonal, associados a sistemas meteorológicos intensos que atingiram diversas regiões do país. Estas condições resultaram em cheias e inundações em várias províncias, provocando constrangimentos ao nível das infraestruturas rodoviárias, interrupções no fornecimento de serviços básicos e perturbações na actividade económica, particularmente em zonas mais vulneráveis.

### ii. Desenvolvimentos geopolíticos no Médio Oriente

**Natureza do evento:** No final do mês de Fevereiro, verificou-se uma escalada significativa das tensões geopolíticas no Médio Oriente, que culminou com o início de um conflito armado na região em 28 de Fevereiro de 2026. À data de autorização destas demonstrações financeiras, o conflito permanece em curso.



First Capital Bank, SA - Modelo IV

(milhares de reais)

**Impacto nos mercados:** O início das hostilidades originou um aumento significativo da volatilidade nos mercados financeiros e de matérias-primas a nível global, em particular nos mercados energéticos. As preocupações relativamente a potenciais perturbações nas rotas globais de abastecimento, incluindo o estratégico Estreito de Ormuz, conduziram a um aumento acentuado dos preços internacionais do petróleo bruto.

Os preços do Brent aumentaram de aproximadamente USD 72 por barril antes do início do conflito para níveis superiores a USD 80 por barril no início de Março de 2026, representando um aumento estimado entre 10% e 15% num curto período após a escalada do conflito. Este movimento contribuiu para o aumento das expectativas de inflação, maior volatilidade cambial e um nível acrescido de incerteza nos mercados emergentes e de fronteira.

**Avaliação ao abrigo da IFRS 9**

A Administração avaliou se estes desenvolvimentos constituem indicadores de imparidade relativamente aos activos financeiros mensurados ao abrigo da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Com base na informação disponível à data de autorização destas demonstrações financeiras consolidadas:

- não foi identificada evidência de deterioração material na qualidade de crédito à data de 31 de Dezembro de 2025;
- a informação prospectiva e os pressupostos macroeconómicos utilizados na mensuração das perdas de crédito esperadas (ECL) continuarão a ser monitorizados e actualizados, conforme necessário, em períodos de relato futuros; e
- o Grupo mantém uma monitorização contínua de potenciais sinais de deterioração nas carteiras de crédito decorrentes, nomeadamente, de alterações na inflação, volatilidade cambial ou o aumento dos custos energéticos.

**Classificação contabilística dos eventos**

Em conformidade com a IAS 10 – Eventos após o Período de Relato, estes desenvolvimentos são considerados eventos não ajustáveis, uma vez que ocorreram após a data de relato. Consequentemente, não foram efectuados ajustamentos aos montantes reconhecidos nestas demonstrações financeiras.

**Continuidade do negócio**

Com base nas avaliações efectuadas, a Administração concluiu que estes desenvolvimentos não levantam dúvidas significativas quanto à capacidade do Grupo de continuar a operar em regime de continuidade. O Banco continuará, contudo, a acompanhar atentamente a evolução da situação do conflito no Médio Oriente e avaliará quaisquer impactos potenciais nas suas operações e posição financeira em períodos de relato futuros.

O Director Executivo Financeiro

Pelo Conselho de Administração

Código de contas	DEBITO	31 de Dezembro 2025	31 December 2024
79+80	Juros e Rendimentos Similares	3 426 937	3 060 054
66+67	Juros e Encargos Similares	722 554	909 755
	<b>Margem Financeira</b>	<b>2 704 383</b>	<b>2 150 300</b>
82	Rendimentos de Instrumentos de Capital	-	-
81	Rendimentos com serviços e Comissões	584 637	426 910
68	Encargos com Serviços e Comissões	(217 424)	(59 851)
-692-693-695 (1)-696 (1)-698-69900-69910+832+833+835 (1)+836 (1)+838+83900+83910	Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo valor através de Resultados	-	-
-694+834	Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-
-690+830	Resultados de Reavaliação Cambial	1 017 893	1 095 715
-691-697-699 (1)-725 (1)-726 (1)+831+837+839 (1)+843 (1)+844 (1)	Resultados de Alienação de Outros Activos	13 728,50	(2 404,93)
-695 (1)-696 (1)-69901-69911-75-720-721-725 (1)-726 (1)-728+835 (1)+836 (1)+83901+83911+840+843 (1)+844 (1)+848	Outros Resultados de Exploração	84 194	(8 389)
	<b>Produto Bancário</b>	<b>4 187 412</b>	<b>3 602 280</b>
70	Custo com Pessoal	633 749	539 423
71	Gastos Gerais Administrativos	450 243	416 470
77	Amortização do Exercício	119 543	103 719
784+785+786+788-884-885-886-888	Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	344 708	11 136
760+7610+7618+7620+76210+76211+7623+7624+7625+7630+7631+765+766-870-8720-8710-8718-87210-87211-8723-8724-8726-8730-8731-875-876	Imparidade de Outros Activos Financeiros Líquidos de Reversões e Recuperações	12 197	257 409
768+769 (1)-877-878	Imparidade de Outros Activos Líquida de reversões e Recuperações	-	-
	<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>2 626 972</b>	<b>2 274 124</b>
65	Impostos Correntes	380 176	264 893
74-86	Impostos Diferidos	220 056	339 858
640	Resultados após Impostos	2 026 740	1 669 373
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado Líquido após Impostos de Operações Descontinuadas	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>2 026 740</b>	<b>1 669 373</b>

(1) Parte aplicável do Saldo destas Rubricas.

First Capital Bank, SA - Modelo III

Código de contas	ACTIVO	31 de Dezembro 2025			31 de Dezembro 2024	Código de contas	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	31 de Dezembro 2025	31-Dec-2024
		Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido				
10+3300	1. Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7 999 767,00	-	7 999 767,00	7 334 886	38-3311 (1)-3410+5200+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de Bancos Centrais	-	-
11+3301	2. Disponibilidades em outras instituições de crédito	206 074,84	-	206 074,84	477 567	43 (1)	Passivos Financeiros detidos para Negociação	-	-
153 (1)+158 (1)+16	3. Activos Financeiros Detidos para negociação	-	-	-	-	43 (1)	Outros passivos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-	-
153 (1)+158 (1)+17	4. Outros Activos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-	-	-	-	39-3311 (1)-3411+5201+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de outras Instituições de Créditos	1 410 618	1 021 249
154+158 (1)+18+34888 (1)-53888 (1)	5. Activos Financeiros disponíveis para Venda.	-	-	-	-	40+41-3311 (1)-3412-3413+5202+5203+5211 (1)+5310+5311	Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	26 736 440	20 138 148
13+150+158 (1)+159 (1)+3303+3310 (1)+3408 (1)-350-3550-5210 (1)-5300	Aplicações em Instituições de Crédito	20 085 676,42	10,40	20 085 666,02	6 226 144	42-3311 (1)-3414+5204+5211 (1)+5312	Responsabilidades representadas por Títulos	-	3 018 424
14+151+152+158 (1)+3304+3310 (1)+34000+34008-3510-3518-35210-35211-5210 (1)-53010-53018	Créditos a clientes	6 278 264,31	228 110,78	6 050 153,53	5 807 176,10	44	Derivados de Cobertura	-	-
156+158 (1)+159 (1)+22+3307+3310 (1)+3402-355-3524-5210 (1)-5303 (1)	Investimentos detidos até a maturidade	570 146,27	33 519,43	536 626,84	8 787 102	45	Passivos não correntes detidos para Venda e operações descontinuadas	-	-
21	Derivados de Cobertura	-	-	-	-	47	Provisões	439 363	62 889
25-3580	Activos não correntes detidos para Venda	-	-	-	-	490	Passivos por Impostos correntes	346 175	98 829
26-3581 (1)-360 (1)	Propriedade de Investimentos	-	-	-	-	491	Passivos por impostos diferidos	-	-
27-3581 (1)-360 (1)	Outros Activos tangíveis	1 101 493,88	464 653,60	636 840,28	277 443	480+488+/-489 (1)-3311 (1)-3416 (1)+5206 (1)+5211 (1)+5314 (1)	Outros passivos Subordinados	220 077	220 077
29-3583-361	Activos Intangíveis	236 764,08	147 268,83	89 495,24	62 450	51-3311 (1)-3417-3418+50 (1) (2)+5207+5208+5211 (1)+528+538-5388+5318 (1)+54 (1)(3)	Outros Passivos	2 173 316	847 839
<b>24-357</b>	<b>Investimentos em Filiais associadas e Empreendimentos conjuntos</b>	<b>6 327,55</b>		<b>6 327,55</b>	<b>6 328</b>		<b>Total do passivo</b>	<b>31 325 989</b>	<b>25 407 455</b>
<b>300</b>	<b>Activos por Impostos correntes</b>	<b>308 041,75</b>		<b>308 041,75</b>	<b>35 729</b>	<b>55</b>	<b>Capital</b>	<b>1 700 000</b>	<b>1 700 000</b>
301	Activos por Impostos diferidos	110 782,88	-	110 782,88	-	602	Premios de Emissão	-	-
12+157+158 (1)+159 (1)+31+32+3302+3308+3310 (1)+338+3408 (1)+348 (1)-3584-3525+50 (1)(2)-5210 (1)-5304-5308 (1)+54 (1)(3)	Outros Activos	816 171,21	-	816 171,21	553 598	57	Outros Instrumentos de Capital	-	-
						56	Accoes Próprias	-	-
						58+59	Reservas de Reavaliação	-	-
						60-602+61	Outras reservas e resultados transitados	1 793 219	791 595
						64	Resultado do Exercício	2 026 740	1 669 373
						63	(Dividendos antecipados)	-	-
							<b>Total do capital</b>	<b>5 519 958</b>	<b>4 160 968</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>37 719 510</b>	<b>873 563</b>	<b>36 845 947</b>	<b>29 568 423</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>36 845 947</b>	<b>29 568 423</b>

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas

(2) A rubrica 50 deveser inscrita no activo se tiver saldodevedor e no passivo se tiver saldo credor

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 sao inscritos no activo e os saldos credores no passivo

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas da First Capital Bank, S.A.

Senhores Accionistas,

Nos termos da lei e dos estatutos, cumpre-nos apresentar o nosso relatório e parecer sobre a actividade de fiscalização exercida relativamente às demonstrações financeiras do First Capital Bank, S.A. (doravante designada por Banco) referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.

- No desempenho das nossas funções de Fiscal Único, acompanhámos com regularidade e com a extensão que considerámos adequada, a actividade do Banco. Procedemos à realização dos actos de verificação e comprovação que considerámos adequados para o cumprimento das nossas funções de fiscalização, designadamente os seguintes:
  - Analísámos as informações de natureza contabilística que considerámos relevantes, tendo em vista apurar a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos;
  - Solicitámos aos serviços do Banco todos os esclarecimentos que entendemos necessários, tendo obtido a sua total disponibilidade e colaboração; e
  - Tomámos conhecimento e analisámos o relatório do auditor independente referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.
- No âmbito das nossas funções, verificámos, ainda, que:
  - a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2025, a demonstração dos resultados, a demonstração das variações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data bem como o respectivo anexo, que inclui as principais políticas contabilísticas e estimativas e incertezas associadas à aplicação daquelas políticas;
  - as políticas contabilísticas e os critérios mensuração adoptados são adequados;
  - o relatório anual do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos da actividade desenvolvida; e
  - a proposta do Conselho de Administração encontra-se devidamente fundamentada, a qual prevê que, o resultado líquido de 2025, após impostos, no valor positivo de 2 026 464 Meticais ('000) seja aplicado da seguinte forma:
    - 30% transferido para reserva legal;
    - 10% transferido para resultados transitados; e
    - 60% para pagamento de dividendos.

Nestas condições, somos de parecer que:

- Seja aprovado o relatório anual do Conselho de Administração;
- Sejam aprovadas as demonstrações financeiras do Banco; e
- Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

O Fiscal Único reconhece e saúda o esforço desenvolvido pelo Conselho de Administração e por todos os colaboradores do Banco.

Ao Auditor Independente, o Fiscal Único agradece a colaboração prestada.

Maputo, 27 de Março de 2026

O Fiscal Único

Lic. N.º 17/SCA/OCAM/2016

Dipak Lalgi, em representação da Forvis Mazars SCAC, Lda.

Auditor Certificado: 17/CA/OCAM/2012

**EY**  
Shape the future with confidence

Ernst & Young – Sociedade de Contabilistas e Auditores Certificados, S.A.  
Rua Belmiro Obadias Muianga, N.º 179  
Caixa Postal 366,  
Maputo  
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000  
Fax: +258 21 32 1984  
Email: ernst.young@mz.ey.com  
NUIIT:400 006 245  
www.ey.com

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas do  
**FIRST CAPITAL BANK, S.A.**

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do First Capital Bank, S.A. ("Banco"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2025, a demonstração do resultado integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

### Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants) e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### Outra Informação

O Conselho de administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o Relatório Anual da Administração, conforme requerido no Código Comercial, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo

de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatem sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo. O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

### Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Banco e em continuarem as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que o Banco descontinue as operações;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicámos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria, incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos ao Conselho de Administração que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicámos ao Conselho de Administração, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é o Eduardo Caldas.

### ERNST & YOUNG - SOCIEDADE DE CONTABILISTAS E AUDITORES CERTIFICADOS, S.A.

Sociedade de Auditores Certificados (N.º 13/SCA/OCAM/2015)

Representada por:



Eduardo Jorge Caldas, Auditor Certificado nº 33/CA/OCAM/2012

Maputo, 27 de Março de 2026

**First Capital BANK** **banco em movimento**

Envie dinheiro do seu banco para a carteira móvel onde estiver e quando precisar. Use o Internet Banking.

Botswana • Malawi • **Moçambique** • Zâmbia • Zimbábue

Primeiro, acreditar.